



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0580/14	DATA: 14/05/2014	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 10h26min	TÉRMINO: 12h37min	PÁGINAS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

SUMÁRIO

Debate sobre as ações realizadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em 2013 e as prioritárias planejadas para 2014.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião de audiência pública, fruto do Requerimento nº 207, de 2014, de autoria dos nobres Deputados Sandro Alex e Newton Lima, sobre as ações realizadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no ano de 2013 e as prioridades planejadas para o ano de 2014.

Convidamos para falar sobre o assunto o Exmo. Ministro de Estado Clelio Campolina Diniz, que já se encontra aqui ao meu lado. Antes, eu gostaria de agradecer imensamente ao Sr. Ministro, que atendeu, de forma gentil, ao nosso convite para esta palestra e para esta visita à Comissão, a quem passo de imediato a palavra para sua exposição pelo tempo regimental de 30 minutos.

Portanto, tem a palavra V.Exa., cumprimentando todos os Parlamentares que são parte desta Comissão, fazem a importância desta Comissão e estavam obviamente aguardando a vinda de V.Exa. para que nós pudéssemos aqui fazer uma reflexão a respeito das questões ligadas ao Ministério, à Pasta de V.Exa. Tem V.Exa. a palavra, Ministro.

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Muito obrigado.

Bom dia a todos. Realmente é um grande prazer estar aqui, participando do debate com a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Eu estou convencido de que, num regime democrático, essa articulação entre as instâncias executivas e o Parlamento são decisivas, porque cabe ao Parlamento nortear as orientações do interesse público.

Estou muito satisfeito por estar aqui. Vou fazer uma exposição disciplinada, no limite que me foi concedido de 30 minutos, mas estou totalmente aberto posteriormente a críticas, a indagações, a esclarecimentos. Acompanha-me aqui o Secretário-Executivo do Ministério, João De Negri, e dois assessores, Danilo Vieira e Roberto Nascimento, também para os esclarecimentos necessários.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou pedir licença para falar em pé. Eu já vi que há uma transferência aqui, mas as pessoas não vão conseguir ler, mas eu vou usá-la como guia de qualquer forma. Então, vou falar em pé ali, porque vou seguir as transparências.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Vamos apagar as luzes assim que iniciar a apresentação. Já estamos tirando cópias do material para fornecer a todos os membros da Comissão.

Com a palavra, Ministro.

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Eu vou começar a minha apresentação dizendo que, no meu entendimento, educação, ciência e tecnologia são os elementos estruturantes para o processo inovativo do ponto de vista econômico e social. E só através dessa combinação de educação, ciência e tecnologia nós podemos lograr crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade. Esse é o primeiro ponto. Nós precisamos pensar o tema desenvolvimento combinando o crescimento com justiça social e com sustentabilidade.

Em segundo lugar, o programa de ciência e tecnologia tem que estar orientado para reduzir a defasagem que existe entre o Brasil e as nações mais desenvolvidas, sob pena de nós não conseguirmos ampliar a nossa posição na ordem global.

Em terceiro lugar, ciência e tecnologia têm que estar numa perspectiva de desenvolvimento econômico com justiça social também orientadas para melhorar a nossa produtividade e conseqüentemente também melhorar a nossa capacidade de competição internacional.

E, por fim, mas não menos importante, educação, ciência, tecnologia e inovação têm que estar orientadas também para reduzir as desigualdades regionais do País. Desigualdades regionais e desigualdades sociais têm que ser vistas de forma conjunta, para que nós possamos ter um país mais harmônico do ponto de vista econômico, do ponto de vista social e do ponto de vista político.

Vou seguir, nas transparências, que ficarão à disposição dos Srs. Deputados, alguns dados muito rapidamente. Vocês poderiam, por favor, controlar o meu tempo e me orientar para que eu seja disciplinado.

Eu tenho aqui uma transparência que os senhores não poderão ler mas que indica qual a nossa posição na ordem global contemporaneamente.

Aqui é uma transparência que dá a distribuição do mundo pela área geográfica, pelo tamanho da população, pelo PIB, ou seja, pelo produto e pelo peso



das exportações. Observem que o Brasil tem 6% da área geográfica do mundo, 2,8% da população; tinha 1,9% do PIB, subiu para 2,1%; tinha 0,9% das exportações e subiu para 1%.

Eu não tenho tempo aqui de fazer análise comparativa com as mudanças na ordem global, coma mudança na geografia econômica, na geografia política e suas consequências. Eu não quero fazer *marketing*, mas está saindo, publicado pela *Revista de Economia Política*, um artigo de minha autoria em conjunto com meu filho, que também é professor, com o título *Crise Global, Mudanças Geopolíticas e a Inserção do Brasil*. É um trabalho mais detalhado em que analisamos todo o contexto europeu, asiático, ascensão chinesa e coisas do estilo.

Então, aí está. Vai ficar como referência para os senhores de qual a nossa posição dentro da ordem global. Isso é importante.

Em segundo lugar, apenas um gráfico relatando o que aconteceu com aquela tabela entre 2000 e 2012, as economias centrais perdendo posição relativa e a economia como a do Brasil ganhando posição relativa. Não é à toa que a ordem global tinha uma governança a partir de seis países, que eram chamados de G-6. Depois, passaram para G-7 e para G-8 e, de G-8, foram diretamente para G-20. Não é mais possível a governança global a partir de um conjunto muito limitado de países, desde que outros países estejam emergindo do ponto de vista de seu peso econômico e do seu peso político na ordem global. Você pode dizer: *“Mas pela cifra que você indicou, o peso do Brasil é muito pequeno. São 2% do PIB e 1% das exportações”*. É pequeno, mas tem potencial de ampliação do nosso peso relativo, e não é à toa que um país como o Brasil, junto com vários outros, está também hoje participando da concentração da ordem global. Você pode ver que o peso é pequeno, mas é um sinal de mudança.

Aqui é um outro indicador muito importante para o Brasil. No ano 2000 o Brasil estava na 12ª posição, do ponto de vista da produção industrial do mundo, e agora, no ano de 2010, estamos na sexta posição. Subimos de 1,7% para 2,8% da produção industrial do mundo.

Eu não tenho tempo aqui, mas estou disponível para discutir o conceito de desindustrialização, que está sendo mal-usado no Brasil. Eu não diria que o Brasil esteja em processo de desindustrialização, tenho fundamentos teóricos e empíricos



para mostrar isso, mas não vou fazê-lo na minha exposição. Se quiserem, depois, nós podemos voltar a falar, certo?

Isto aqui são indicadores de qual é a posição relativa dos países do ponto de vista da qualificação de seus recursos humanos, de pesquisadores por empregados e do ponto de vista do gasto absoluto, pelo tamanho das bolas, e do gasto relativo, em relação ao PIB, com ciência e tecnologia. Olhem aqui a posição do Brasil.

Ou seja, nós temos pesquisadores por milhão de habitantes da ordem de 2, quando países como a Finlândia, têm mais de 40. Esta bola grande são os Estados Unidos, e aqui a China, que já está gastando muito dinheiro com ciência e tecnologia, embora ainda tenha, considerado o tamanho da população, uma relação de pesquisadores por habitantes relativamente pequena. Mas está crescendo a sua participação em termos de gasto em ciência e tecnologia em relação ao PIB. Aqui está a posição do Brasil. Nós estamos com menos de 2% da população de pesquisadores por milhão de habitantes e um e pouco por cento de gasto com ciência e tecnologia em relação ao PIB. Observem os países que estão na fronteira, que gastam 3% ou 4% do seu PIB em ciência e tecnologia. Sem um profundo esforço em ciência e tecnologia não tem saída adequada para os países que estão, digamos, em processo de desenvolvimento. Então, esse é um indicador que mostra a dificuldade em que o Brasil ainda se encontra, embora esteja avançando.

Aqui é um indicador muito importante do ponto de vista da nossa inserção internacional regional. Se vocês compararem a América do Norte, considerados os três países — Estados Unidos, México e Canadá —, quase 50% do comércio internacional desses três países se fazem entre eles. Se você vai à Europa, 70% do comércio internacional dos países europeus se fazem entre eles. Se você vai à Ásia, 54% do seu comércio internacional se fazem entre os países asiáticos. Se você vem para a América Latina, só 20% do comércio internacional se fazem entre os próprios países da América Latina. Ou seja, aqui é o desafio da integração regional como algo, digamos, quase que imperativo para a melhoria da nossa posição na ordem global e para uma concertação regional. Também é apenas um indicador para mostrar a fraqueza da nossa integração regional por várias razões históricas e pela baixa complementaridade produtiva entre os países.



Aqui mudo o patamar da minha fala. Até agora eu estava falando sobre as mudanças da ordem global e a inserção do Brasil. Agora eu vou dizer o que, na nossa leitura, está acontecendo do ponto de vista das mudanças tecnológicas contemporâneas.

Aqui eu estou usando uma concepção teórica fundamentada no Kondratieff, que foi um economista russo que publicou, em 1926, um artigo em que dizia que as ondas econômicas do mundo estão baseadas nas grandes ondas tecnológicas. E a primeira onda tecnológica, da indústria têxtil, foi no século XVIII e início do século XIX. A segunda onda tecnológica, da ferrovia, do aço e do carvão, foi na segunda metade do século XIX.

Isto aqui é a presença da Inglaterra; depois a onda migra para os Estados Unidos. Aqui, já no início do século XX, é a eletricidade química, é o momento em que a Alemanha chega com força no cenário global. Aqui é o pós-guerra, o quarto ciclo de Kondratieff. Praticamente a segunda metade do século XX é de petróleo e da indústria automotiva, sob uma grande liderança americana. E aqui é o que está em curso, que nós chamamos o quinto Kondratieff, pós-1990, de tecnologia das informações e das comunicações, que é a grande mudança tecnológica que impactou todos os aspectos da vida econômica, social e política do mundo, em qualquer posição, até das pessoas que não têm escolaridade.

Mas estou interessado em fazer este histórico para mostrar que, no nosso entendimento, nós estamos na fase de constituição do sexto ciclo de Kondratieff, diferente dos anteriores, porque ele estará baseado num conjunto de fronteiras tecnológicas, na continuidade da tecnologia da informação e comunicação, das nanotecnologias, biotecnologias, engenharias genéticas, novas fontes energéticas, etc. Ao contrário dos anteriores, é uma combinação de diferentes trajetórias científicas e tecnológicas, portanto com uma forte complementaridade, com uma interdisciplinaridade muito forte.

A janela de oportunidades está aberta aqui. Ou o Brasil se insere nessa fronteira ou nós vamos perder a corrida mais uma vez. Esse é o desafio que está posto para o Brasil neste momento de desenvolvimento científico e tecnológico mundial. Está todo mundo correndo nessa direção, e o Brasil tem muitos nichos de modernidade que nos permitem nos inserir em várias dessas fronteiras.



E aqui eu diria quais as implicações fundamentais desse desenho do novo ciclo tecnológico, que é uma forte complementaridade entre várias dimensões — a científica, a ambiental, a tecnológica e a humana. Isso exige uma necessidade de maior integração com duas grandes consequências: em primeiro lugar, oportunidades e grande desafio para países em desenvolvimento e, em segundo lugar, as incertezas e os riscos que um processo desses traz. Quem não conseguir se inserir na ordem global vai aumentar a desigualdade.

E ainda, uma coisa que eu faço questão de mencionar, há o gnosticismo tecnológico, ou seja, a crença exagerada em ciência e tecnologia sem conectá-la com os objetivos sociais e humanos. Para mim, como cidadão, ciência e tecnologia têm que estar a serviço da humanidade, e não a humanidade a serviço da ciência e da tecnologia, para construir armas de destruição, para construir drones e para construir tudo isso que a imprensa diária nos mostra.

Infelizmente, um dos grandes paradigmas científicos e tecnológicos do mundo foi a construção de armas, foi a preparação da indústria militar. Nós não vamos ser utópicos e dizer que isso não existe, mas temos que ter consciência política dessas dimensões e das suas consequências.

E aqui é um dado do nosso dispêndio — agora é Mais Brasil — em ciência e tecnologia em relação ao PIB. Observem que ainda gastamos relativamente pouco: 1,7% do PIB. O dado é de 2012. O gráfico de bolas que mostrei anteriormente demonstra que vários países gastam 3% ou 4% do PIB. E, às vezes, esse percentual é de um PIB grande, a exemplo do caso americano; do caso chinês, cujo percentual é pequeno, mas o valor de investimento é grande; do caso do Japão, etc.

A corrida está posta. Então, se o Brasil não conseguir aumentar o seu gasto em ciência e tecnologia, não teremos condições de nos aproximar da fronteira tecnológica e fazer uma alteração profunda em nosso desenvolvimento econômico-social e ambiental nem de nossa inserção na ordem global.

Aqui é o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Vocês podem observar que a soma total é de 7 bilhões de reais, mas o Ministério da Ciência e Tecnologia tem 31 instituições a ele ligadas. Todas estão dentro desse orçamento.

Quais as instituições? O CNPq, a FINEP, o Instituto de Pesquisas Espaciais — os três do meu Ministério —, o Instituto de Pesquisa da Amazônia, a Comissão



Nacional de Energia Nuclear e suas várias unidades produtoras de radiofármacos, etc.

É só para mostrar que temos um orçamento relativamente limitado para o conjunto de atribuições que temos. Somos, também, responsáveis pelo programa Ciência sem Fronteiras, porque é parte do dinheiro do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT.

Essa projeção apresenta o que está sendo feito neste momento e o que a gente chama de articulação entre as várias dimensões da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A gente sintetizou aqui o seguinte: você tem uma dimensão que é a das políticas de fomento. Nós temos as bolsas do CNPq; o Ciência sem Fronteiras; o RHAE, etc. Além disso, nós temos todos os editais que o Ministério publica, como o Edital Universal e o dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Já foi lançada uma primeira versão e está sendo preparada a segunda, com grandes efeitos decorrentes do casamento entre ciência e tecnologia.

Vou dar apenas um exemplo. Desculpem-me por citar a minha universidade, mas eu era reitor há 2 meses. Hoje a vacina contra leishmaniose, desenvolvida na UFMG, está credenciada para o Laboratório Hertape e está sendo credenciada no Mediterrâneo. O Brasil vai exportar vacina para a Europa. A Europa tem leishmaniose, mas não tem vacina. Quero mostrar, com isso, que a ponte entre ciência e tecnologia pode dar resultado quando bem orientada.

Vou dar mais um exemplo que conheço. O INCT de Nanotubos de Carbono já entrou na fase produtiva, com um contrato com a PETROBRAS e a Camargo Corrêa, para produzir materiais especiais para trabalhar em águas profundas. Por isso a PETROBRAS está interessada.

Neste momento, há uma ação forte das instituições de fomento. O Inova Empresa terá as avaliações — como vou mostrar aqui na frente — de alto impacto na política de fomento para empresas inovadoras no Brasil. Esse programa é implementado através das FINEP, que é um órgão do meu Ministério, e do BNDES, que é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento. Estamos trabalhando juntos nisso.



Temos, também, o TI Maior, com grande impacto sobre a área de informática, e a EMBRAPPII, que vai ser a empresa de apoio à pesquisa e à inovação industrial. Já temos três casos de projetos pilotos. Agora, o edital está aberto para novos projetos, etc.

Um conjunto de infraestruturas de uso compartilhado neste momento está sendo objeto de negociação, para que se incluam no PAC recursos para a implantação do Laboratório Sirius, que será uma ampliação do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, em Campinas, que é uma estrutura decisiva. Não tem como dar suporte à ciência se você não tiver uma infraestrutura robusta.

O segundo grande investimento do Ministério é o reator de multipropósito, que será, digamos, uma peça decisiva inclusive na produção de radiofármacos, para dar um impacto muito importante em toda a parte de diagnóstico em saúde.

Temos um programa de nanotecnologia, o SISNANO; um navio de pesquisa da Marinha, que está sendo construído na China; o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais — CEMADEN, etc.

E temos as bolsas que estão sendo implantadas.

A isso vamos acrescentar — é uma proposta que estamos construindo, já articulada com a Presidência da República, com o Ministério do Desenvolvimento e com o Ministério da Educação — o que estamos chamando de plataformas científicas e tecnológicas para elevar o padrão científico e tecnológico brasileiro.

Antes de falarmos como será isso, vou dar os resultados do programa Inova Empresa. Quando o programa foi anunciado e projetado, em março de 2013, a ideia era de que o Inova Empresa iria financiar 32 bilhões até dezembro de 2014. Seriam 28 bilhões do Governo Federal e 14 bilhões de parceiros. O resultado, em março de 2014, foi o seguinte: 12 editais lançados, sendo 5 deles com os resultados divulgados.

Nós já contratamos 18 bilhões de reais, através da FINEP e do BNDES, e há 23 bilhões preparados para contratação pela FINEP e pelo BNDES. Inclusive, nesse sentido, a aprovação da lei para ampliar dos recursos do PSI é decisiva. A FINEP não terá recursos para honrar seus compromissos se não tivermos um adicional para crédito. Isso não é dinheiro para doação, é para crédito.



Então, esses são os resultados do programa Inova Empresa. Os senhores esperem, pois os resultados serão significativos. Não houve tempo ainda para mostrar os resultados de inovação dessas empresas, mas eu estou convencido que será muito importante esse casamento entre políticas públicas e iniciativa empresarial.

Este é o programa Ciência Sem Fronteiras, que já mandou 62 mil estudantes para o exterior. Às vezes as pessoas criticam o programa, mas o Ciência Sem Fronteiras é um choque no sistema acadêmico universitário brasileiro. Sou professor de universidade há 40 anos, já vivi em vários países, frequentei universidades por todo lado, mas temos cursos no Brasil que têm 40% de carga horária acima das melhores universidades do mundo. Você mande o estudante para lá que vai ter o efeito da pressão pela modernização da nossa estrutura acadêmica universitária.

Estamos trabalhando nisso junto com o Ministério da Educação. Temos uma excelente articulação com o Ministério da Educação para ver como podemos modernizar nosso sistema acadêmico universitário.

Quadro negro é para aluno de curso de educação básica. Aliás, nem isso, pois há outros mais modernos. Estudante universitário tem que aprender a estudar. Professor não tem que ficar ensinando. Ele tem que aprender a fazer pesquisa, trabalhar sozinho, pois ele já é um adulto.

Precisamos, portanto, modernizar nossas universidades. O Brasil está dando um grande salto no sistema educacional, e acho que temos que trabalhar para modernizar nossas universidades cada vez mais.

Agora vou falar uma coisa que nos está preocupando e está com os senhores: trata-se do Projeto de Lei nº 21.077, que é o Código de Ciência e Tecnologia. Já conversei com alguns membros, Deputados Newton Lima e Sibá Machado. Essa é uma oportunidade muito grande. O Brasil precisa modernizar o seu Código de Ciência e Tecnologia, senão a área científica não consegue andar. Eu fui reitor e sei o que é ficar com os órgãos de controle na cola o tempo inteiro, dizendo que não se pode fazer tal contrato, que é ilegal. Temos que modernizar essa legislação, caso contrário, não conseguiremos fazer a ponte.



Parece-nos que o projeto já está pronto para ser levado à votação. Ele é decisivo. Também existe a PEC nº 290, que é pré-condição e é decisiva. Já foi votada aqui, mas está dependendo do Senado agora.

E lá no Senado há o Projeto de Lei nº 619, cujo conteúdo é mais ou menos do original, o Projeto nº 2.177. A nossa esperança é que, ao ser votado aqui, vá para o Senado e lá seja apensado. Portanto, poderia haver uma solução.

Trata-se da consolidação do sistema legal, criando um arcabouço decisivo para o avanço da área de ciência e tecnologia e para a ponte com o sistema acadêmico, universitário, os órgãos de fomento e o sistema produtivo empresarial. Esses são mecanismos decisivos para que a gente dê um salto na área de ciência e tecnologia no Brasil, fazendo essas articulações.

E tem mais ainda: em relação ao Regime Diferenciado de Compra — foi retirado o capítulo do Projeto de Lei nº 2.177 —, que neste momento está em discussão aqui e está discussão na Casa Civil, qual encaminhamento seria dado? Isso para nós é decisivo para dar flexibilidade ao funcionamento da área de ciência e tecnologia.

O que nós estamos fazendo neste momento? Eu tenho 5 minutos. Em primeiro lugar, em ciência e tecnologia existe um esforço que está sendo construído. Não há grandes divergências político-ideológicas sobre a importância de ciência e tecnologia, no meu entendimento. Então, nós estamos dando sequência. As políticas já estavam formatadas, e já há um amadurecimento. A 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia estabeleceu isso de uma maneira mais ou menos clara. Há a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, a articulação que a gente faz com o sistema empresarial, com os reitores, etc., então, nós estamos dando continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Ministro, sem interromper V.Exa., temos mais 10 minutos prorrogáveis. Fique tranquilo, porque a Comissão está tranquila. V.Exa. fique sossegado.

O SR. CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Mas eu vou acabar nos meus 4 minutos e meio. Eu sou professor de carreira, então eu cumpro o horário.

O Edital Universal, de 200 milhões, já foi lançado, o Edital dos INCTs, a nova versão — aquilo que eu falei da vacina e de materiais de águas profundas — está sendo preparado para ser lançado brevemente. Nós acertamos com o Ministério da



Educação um edital conjunto entre a FINEP e o Ministério da Educação para infraestrutura de pesquisa das universidades. Será lançado nos próximos dias. E eu já mencionei o Reator Multipropósito e o Projeto Sirius. Por fim, temos o lançamento das plataformas científicas e tecnológicas. É o que está sendo preparado.

Nós também não estamos inventando a roda. O mundo todo está tentando fazer isso. Olhem a literatura chinesa: os chineses construíram 20 plataformas científicas e tecnológicas, estão correndo atrás do mundo, e um relatório americano está analisando as consequências dessas plataformas sobre a economia americana. Ou seja, o mundo está competindo.

Então, temos que construir essas plataformas combinando atividades e setores de fronteira do conhecimento. Nós temos que nos mover na fronteira do conhecimento.

Temos que construir projetos que sejam de importância estratégica para o desenvolvimento nacional e projetos que tenham capacidade de gerar efeitos econômicos e sociais positivos. Não adianta pulverizar o recurso sem orientá-lo para a solução dos problemas econômicos e sociais do País. Não adianta você falar que vai fazer um programa de biotecnologia. Ótimo. Biotecnologia é um instrumento para fazer coisas na área de saúde, agricultura, etc., mas se eu entro no abstrato eu vou ficar discutindo com o mundo. O mundo todo está fazendo biotecnologia — a China, o Japão, os Estados Unidos, a Europa, a Alemanha, etc.

E mais ainda, o nosso esforço é combinar e articular, primeiro, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Desenvolvimento e o Ministério da Educação.

Nós temos — eu, o Ministro Henrique Paim e o Ministro Mauro Lemos —, trabalhado de forma conjunta para articular as políticas. Política de comércio exterior bate nisso, política educacional também. Não dá para trabalhar de forma isolada. Felizmente, nós temos uma boa relação pessoal também, além de institucional: o Mauro é meu colega de Departamento, e eu trabalhei 4 anos com o Ministério da Educação, como Reitor. Então, estamos articulados.

Em segundo lugar, estamos convidando os Ministérios Setoriais para trabalhar juntos. Eu já conversei sobre isso com a Presidenta, e ela apoiou. Já fizemos uma reunião com o Ministério da Saúde para construir a plataforma de



saúde de forma conjunta. Já fizemos uma reunião com o Ministério das Comunicações, para construir o conjunto. Temos, amanhã de manhã, uma reunião com o Ministério da Agricultura, e assim sucessivamente, para tentar construir essas plataformas conjuntas, na instância do Governo Federal.

Em terceiro lugar, nós vamos, e eu já me reuni ontem, pela segunda vez, com as Fundações de Apoio à Pesquisa, dos Estados — já me reuni uma vez com o Conselho das Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia e vou convidá-los para uma segunda reunião —, para articular as políticas federais com as políticas estaduais. Este País é federado, não dá para trabalhar de forma isolada. Temos que ter complementaridade.

E, por fim, devemos promover uma articulação com o sistema empresarial. Eu estive na ANPEI — Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras e estive na MEI, que é o Movimento Empresarial pela Inovação, porque este País é capitalista, de livre empresa, e quem vai inovar é o sistema produtivo, privado. Não vamos construir ilusões, porque é diferente. Então o sistema produtivo tem que estar articulado com isso e, mais ainda, também vender para o sistema empresarial o compromisso social da empresa com o desenvolvimento do País.

Então, essas são as propostas que estão previstas, estão sendo construídas, e precisamos do Parlamento junto. Quem define as leis, as regras, os valores do interesse, da orientação pública é o Parlamento. Portanto, eu tenho consciência clara de que precisamos trabalhar juntos para que nós possamos construir uma política consistente.

Portanto, muito obrigado. Sobraram 30 segundos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Quero cumprimentar o Ministro Clelio Campolina, ele que, há 2 meses, ainda era Reitor da Universidade.

Eu imagino o que os seus alunos passavam na sala de aula, quando o senhor dava aula. Chegava antes e saía depois dos alunos, e aí daqueles que, obviamente, não cumprissem o horário. Isso é um bom exemplo aqui para o Congresso, viu Ministro? Os Deputados têm que, muitas vezes, como disse a Deputada Margarida Salomão há pouco na reunião que tivemos em meu gabinete — e V.Exa. sabe —, correr para o plenário daqui a segundos, fazer uma votação, voltar para a reunião,



participar de reunião de bancada, de reunião de Colégio de Líderes. Enfim, há uma dinâmica no Congresso. Por isso eu acho que a gente talvez tenha que repensar o nosso Regimento Interno no futuro. Mas eu queria cumprimentar V.Exa. pela síntese com que fez sua apresentação.

Obviamente, vamos passar a palavra agora aos proponentes desta audiência, para que façam uso da palavra.

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Esqueci meu relógio, mas ele está guardado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - O relógio está guardado? Então, tem um fiel depositório do relógio ali. Nós vamos ficar atentos a essa questão do horário.

O Deputado Sandro Alex é o primeiro proponente. Eu peço a V.Exa. que use da palavra, para que nós possamos dar início, então, aos nossos debates.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, gostaria de saber qual o tempo regimental que eu tenho como proponente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Os autores terão 10 minutos e os demais Deputados, 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado.

Bom dia a todos! Caro Ministro, muito obrigado pela sua presença, a convite desta Comissão.

Nós sempre, na abertura dos trabalhos em cada ano, temos aqui a presença dos Ministros expondo seus trabalhos realizados no ano anterior e os seus projetos encaminhados para o ano em vigor. Quero agradecer-lhe por aceitar o nosso convite e vir até a nossa Comissão. É uma satisfação tê-lo aqui conosco, um Professor que conhece a matéria, um apaixonado por ciência e tecnologia, e, pelas suas palavras, a gente vê que a Pasta está em boas mãos.

Aliás, o senhor informou que o orçamento da sua Pasta é da ordem de 7 bilhões, sendo uma parcela para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outra para a Pasta. Enfim, nós temos aqui um valor muito pequeno para quem comanda mais de 30 instituições — não sei se são 31, se são mais de 30 —, e mais de 100 institutos nacionais ligados à sua Pasta. Enfim, essa é a primeira pergunta que eu gostaria de fazer: qual será a parte do orçamento destinada ao



Ministério propriamente dito e qual é a parte destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico?

Para esses institutos — o senhor tem mais de 30 —, quanto é destinado para cada um desses órgãos? E, também, com relação ao valor: não é irrisório um valor para colocar o Brasil numa posição assim competitiva com os BRICS, que o senhor colocou inclusive na sua apresentação, nas áreas de ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação? De que forma o senhor consegue otimizar esses poucos recursos disponíveis para a área, e se o senhor já levou essa informação à Presidência da República solicitando um aumento do investimento do Brasil para essa importante Pasta, já que nós temos aí um valor realmente muito pequeno para quem comanda um Ministério de tamanha importância?

Gostaria de fazer também dois questionamentos: o senhor colocou na sua apresentação as novas fontes energéticas, porque esse é o caminho que o senhor coloca.

Então, vamos começar com a energia eólica. O senhor tem vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Inclusive temos um artigo publicado na revista *Série Documentos Técnicos* sobre essa questão da energia eólica. Então, qual é a situação hoje da pesquisa e do desenvolvimento para a tecnologia da energia eólica no Brasil, nas Regiões Nordeste e Sul? Também há estudos na Região Norte. Quanto o Brasil investiu no ano passado nessa fonte de energia? Quais são as metas traçadas pelo Centro de Gestão comandado pelo senhor? E será que nós vamos ocupar o *ranking* mundial também? Há metas até 2016? Enfim, isso é possível ou isso é uma utopia?

E nós já temos implantadas, há 2 anos — o Ministério conseguiu implantar —, as condições então consideradas indispensáveis para o alcance dessa meta, ações de investimento, infraestrutura, rede de pesquisa. Então, nós gostaríamos de saber um pouco mais sobre isso.

Sobre energia solar. O senhor tem a Empresa de Pesquisa Energética, também uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, não é? Aliás, perdoe-me, a Empresa de Pesquisa Energética é vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Mas eles informaram recentemente que estão sendo discutidas com o BNDES formas de financiamento de usinas de geração elétrica por meio de



fonte solar. Então, também pergunto: o desenvolvimento tecnológico referente ao aproveitamento da energia solar, no Brasil, está, de fato, concluído? Há previsão de que inicialmente sejam importados os equipamentos necessários à exploração dessa fonte, mas a ideia é que a fabricação nacional dos equipamentos de uso em maior escala permita que caia o preço da energia elétrica gerada por essa fonte. Então, a continuidade das pesquisas no setor não poderia aprimorar o estado da arte, visando baratear o custo da energia solar? Gostaria de saber o seu posicionamento.

E também quero lhe cumprimentar, porque o senhor valoriza muito a Casa, o Parlamento. O senhor tem essa consideração pelo Parlamento, pelos projetos que tramitam aqui no Congresso Nacional. Recentemente, o senhor fez uma apresentação no Senado falando exatamente sobre os projetos e a importância da aprovação desses projetos.

Eu gostaria de fazer duas perguntas sobre dois projetos importantes. Há mais de 10 anos nós temos aqui... Em 2001, entrou em vigor a MP 2.186, que já foi reconhecida como uma das legislações mais confusas do País, e, certamente, não atinge o seu aparente objetivo: cumprir a orientação da Convenção sobre Diversidade Biológica, que é a conservação da biodiversidade dos países megadiversos, como o Brasil, e a repartição de benefícios de forma justa e equitativa. O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, que é ligado ao meio ambiente, possui competência para gerir o patrimônio genético nacional; em vez de criar resoluções que joguem alguma luz e esclarecimento nessa MP, só faz piorar.

Então, o que o Ministério de Ciência e Tecnologia está fazendo para resolver esse problema que vem acarretando atraso na pesquisa biológica no Brasil? Qual é a perspectiva do Governo Federal em encaminhar aqui para a Casa um projeto para sanar essa situação sobre essas pesquisas? A exigência desta MP e da legislação infralegal são de tal ordem que vêm criando sérios obstáculos à pesquisa nas áreas biológicas. A reclamação é geral por parte das universidades públicas e privadas e também dos institutos e entidades de pesquisa. E, há 3 anos, a comunidade está aguardando a edição de uma nova lei, cujo anteprojeto encontra-se em análise na Casa Civil há 2 anos. Então, esse é o quadro.



E nós temos outro projeto também tramitando há 10 anos, que fala sobre medidas creditícias de incentivo a empresas de desenvolvimento de programas de computadores livres. Aliás, eu sou Relator da matéria, e é importante: medidas creditícias de incentivo. E, ao estudar a matéria, Ministro, eu preparei um relatório aprovando, na forma de um substitutivo, mas, até pela aprovação da inovação, a Constituição e o Código de Ciência e Tecnologia — o senhor está explanando ali a aprovação disso —, nós estamos estendendo as medidas creditícias às empresas brasileiras de desenvolvimento de programas de computador, sejam *softwares* livres ou não.

Nós temos empresas de TI, enfim, estudantes se formam e estão desenvolvendo programas importantes, *softwares* importantes para o Brasil. Eu acredito que o País possa dar a eles também medidas creditícias. Claro que podemos até fazer uma escala entre o *software* livre e ter um pouco mais, mas eu não gostaria de negar medidas creditícias para esses estudantes, para esses profissionais formados que estão se estabelecendo, até porque essa indústria de soluções proprietárias estabelecida no Brasil também gera dividendos, recursos, e as empresas arrecadam para os cofres públicos um bom valor para o País. Eu considero legítimo o fato de o Governo incentivar esses profissionais a receber medidas creditícias. Então, eu gostaria de fazer um questionamento, se o senhor é contra que isso possa se estender, de certa forma, a essas empresas de *software*, deixando apenas para os livres, ou se é possível nós estabelecermos, então, um critério para que eles também possam receber. Eu gostaria de ter o seu posicionamento.

Enfim, quero agradecer a V.Exa. pela presença e, finalmente, falar sobre as bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras. Como estão as negociações, os valores e a remuneração para esses profissionais? Como é que o senhor vê, se é possível nós ampliarmos e darmos uma forma de pagamento maior e mais justa?

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu vou propor que o Ministro responda primeiro aos dois proponentes e, em seguida, nós faremos blocos de três Deputados.



O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Eu vou procurar ser objetivo, sem perdas. Depois estarei à disposição.

Primeiro, o seguinte: realmente o orçamento é pequeno. Esta informação do orçamento ainda não levei à Presidenta, porque eu costumo dizer que sou dialético na análise e cartesiano na ação. Para eu levar à Presidenta, tenho que levar uma proposta pronta, a qual eu estou preparando para levar e dizer: *“É isso aqui que nós precisamos fazer. Agora, isso custa tanto”*. Se eu chegar e pedir dinheiro antes de ter a proposta, ninguém paga mercadoria sem saber antes o que vai ser. Então, nós estamos preparando isso. Já falei com a Presidenta. Ela aprovou a linha do entendimento que nós temos. E nós vamos chegar, em algum momento, com isso para o orçamento. Agora, em última instância, quem decide o Orçamento é o Parlamento. São os senhores que vão alocar o recurso ou não, está certo? O Governo faz uma proposta. Outra coisa: acho que o Governo é único. A gente tem que ser solidário com as administrações. Eu não posso chegar e dizer o seguinte: *“Não, abandona os outros projetos e coloca o dinheiro todo para Ciência e Tecnologia”*. Não, tem que compatibilizar, ver o interesse nacional. O interesse nacional tem que estar acima de tudo, e temos que verificar como nós podemos combinar isso. Então, essa é a minha perspectiva como uma pessoa que tem um cargo no Governo. Foi essa a atitude que eu tinha quando era reitor, com os meus colegas reitores. Não queria tomar o dinheiro de ninguém, *“Vamos ver o que é prioritário, como é que podemos compatibilizar.”* Agora, o dinheiro é público, mas esse dinheiro é insuficiente para a gente fazer um projeto arrojado.

Segundo, então as suas seis primeiras questões de como se distribui o dinheiro dentro do Ministério estão respondidas. Se o senhor me perguntar agora como está distribuído esse dinheiro entre as 31 instituições, eu não sei. Nós temos uma tabela. O meu Secretário-Executivo talvez saiba. Eu estou no Ministério há 1 mês e pouco, e eu acompanho o orçamento, viu? Quando você planeja, a última etapa do planejamento é a alocação de recurso. Então, não adianta se fazer uma coisa muito bonita, mas, na hora de a onça beber água, não ter, está certo? Então, eu acompanho o Orçamento, o meu Secretário-Executivo o acompanha detalhadamente. A gente define as prioridades em função do que a gente acha prioritário, mas dinheiro vai ser importante. Aí são os senhores que vão decidir.



Quem aprova o Orçamento é o Parlamento brasileiro. Então os senhores vão ter que balancear isso aí.

Terceiro, a questão energética é um dos paradigmas mundiais. O mundo inteiro está correndo atrás da questão energética. Isso já faz horas. Então, nós vamos discutir com o Ministério. Já tive, inclusive, uma reunião com o Ministro Lobão, com o Ministério de Minas e Energia, sobre como nós podemos construir uma plataforma conjunta. E aí você tem diversas fontes energéticas. O que nós temos que estudar é como construir uma matriz energética que seja mais adequada para o País e que dê mais segurança à oferta energética, inclusive com a combinação de diferentes fontes.

O senhor citou aqui duas fontes fundamentais. A questão da energia solar num país como o Brasil precisa ser melhor aproveitada. A gente aproveita pouco energia solar e pouco energia eólica. Então, nós não vamos abandonar as outras fontes de energia, nem a energia hidráulica, as nossas usinas hidrelétricas, nem o petróleo, mas nós temos que tentar ver qual é a combinação possível e como explorar essas outras fontes de altíssimo potencial, inclusive, baratas e limpas, ou seja, ambientalmente são fontes de energia limpas, sem nenhum efeito de contaminação e que podem ser utilizadas. Nós vamos construir essa plataforma conjunta, para ver como aproveitar melhor a energia eólica, a energia solar, etc. O aproveitamento já está sendo feito, mas pode ser potencializado.

Quanto à questão da Convenção sobre Diversidade Biológica e sobre o patrimônio genético, há uns 20 dias, eu fui convidado para uma reunião com o Ministro do Desenvolvimento e com a Ministra do Meio Ambiente, e aprovamos uma proposta que estava sendo preparada para ser encaminhada, acho que está indo para a Casa Civil. Desculpem-me porque eu não sei muito bem algumas terminologias. Eu aprovei para ser encaminhado ao SIDOF. O que é SIDOF? *(Riso.)* Eu não sei. Desculpem-me.

(Não identificado) - *(Riso.)* Ninguém sabe.

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Eu faço questão de ser sincero. Nós já o encaminhamos. Então o projeto de lei vai chegar aí, está certo? Inclusive, porque hoje o pesquisador está sendo criminalizado por usar a diversidade biológica. Tem que ter regra, norma, para usar isso. Mas nós não podemos matar a



ciência, porque tudo é proibido. Já foi consensuado entre os três Ministérios e foi colocado no SIDOF. Desculpem-me, mas não sei o que significa SIDOF.

(Não identificado) - Não tem a ver com o Orçamento?

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Não.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Não. É que vai para a Casa Civil. Quando os Ministérios se entendem, depois de passar por todas as reuniões interministeriais, a proposta vai para a Casa Civil, entra nesse sistema, para apreciação pelo Gabinete da Presidenta.

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Então é isso. Nós já entregamos a mercadoria; agora vamos ver se ela tem curso. *(Riso.)* Mas eu acho que é uma questão central.

Programa creditício de inovação. É possível — e o João De Negri está aqui — que já tenha várias empresas de tamanhos diferentes na área de informática, aproveitando os recursos do Inova Empresa e nós divulgaremos nos próximos dias o novo edital do Start-Up Brasil para a área de informática e, portanto, pode beneficiar essa coisa. Desculpem-me, porque eu não sei muito bem o que significa computação livre, mas eu imagino que o Start-Up seja exatamente para aprovar inovadores jovens, que não têm recursos, etc. Então, pode ajudar um pouco.

Quanto à bolsa para o Programa Ciência sem Fronteiras, eu mostrei ali que já foram aprovados 62 mil estudantes, e há um esforço de complementar os 101 mil, que era a proposta para os 3 anos. Nós estamos trabalhando nisso, inclusive fazendo reunião com algumas grandes empresas para saber se podem colocar recursos que são destinados à pesquisa para complementar o financiamento do Programa Ciência sem Fronteiras.

O orçamento desses programas é muito afetado por câmbio, porque quem está no exterior recebe bolsa e a recebe em moeda estrangeira. Então, a mudança cambial aqui tem efeito sobre o orçamento. Mas a meta é, por orientação da Presidenta, mandar os 101 mil estudantes para o exterior. E eu estou convencido de que isso vai ter um efeito muito grande.

Eu estava numa universidade e estava vendo o retorno dos estudantes. Tem toda uma logística de como aproveitar os créditos feitos no exterior. Nós temos um sistema curricular muito fechado. É comum chegar um título do exterior para ser



recredenciado aqui no Brasil, e dizerem que não pode credenciar porque faltaram 60 horas, às vezes de um curso de Engenharia feito em uma das melhores universidades do mundo. Nós temos que flexibilizar essas coisas, e a presença desses estudantes ao voltarem vai pressionar, também dos professores que estão indo e dos professores que estão voltando. Já tem mais de mil professores visitantes no Programa Ciência sem Fronteiras.

Nós temos que internacionalizar o sistema acadêmico universitário brasileiro. Se não internacionalizarmos, não tem jeito. E nós precisamos criar condições para atrair alunos do exterior, de países desenvolvidos para o Brasil. E há uma barreira linguística complicada, difícil, um problema delicado. O inglês virou língua franca mundial. Você chega à China, todo mundo está falando inglês, e também na Coreia, etc. Este Programa Ciência sem Fronteiras trouxe consciência para a juventude brasileira de que ela tem que aprender alguma língua estrangeira. E os jovens aprendem com muito mais facilidade, na medida em que eles veem que isso é importante.

Estou à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito bem, Ministro!

Vou passar a palavra agora ao segundo proponente, nobre Deputado Newton Lima, para suas considerações.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Ricardo Tripoli. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os colegas da nossa Comissão. Quero cumprimentar, com muito respeito e admiração, o nosso Reitor, Ministro Clelio Campolina, e dar parabéns, desde já, pela apresentação aqui feita. Quero cumprimentar João De Negri, seu Secretário-Executivo. Trabalhei com João De Negri no Conselho da FINEP e pude aprender muito com ele quando lá estávamos. A própria passagem dele pela direção da FINEP traz certamente condições de ajudá-lo na condução dessa política pública estratégica, como disse V.Exa.

Cheguei à conclusão de que a Presidenta Dilma é, de fato, uma estadista da maior envergadura, por todos os dados que nós já temos e pela capacidade de escolha de seus colaboradores. Um Ministério como esse, que teve Aloizio Mercadante, Marco Antonio Raupp e agora tem V.Exa. dando continuidade e



ampliando ainda mais as ações, mostra o quanto a Presidenta Dilma, de fato na sua compreensão de Presidenta de República, entende o papel que esta Pasta tem para o desenvolvimento econômico do Brasil e para a construção da cidadania, como muito bem colocou V.Exa.

É muito importante nós notarmos que, a despeito dos orçamentos da ciência e tecnologia em nosso País não estarem à altura, como foi mostrado por V.Exa., do papel da sexta economia mundial — e que só vai chegar à quinta e avançar mais, se nós aplicarmos em educação e inovação —, é importante constatar que V.Exa. sabe e os colegas aqui também, como tem sido significativa a ampliação dos orçamentos no Ministério de Ciência e Tecnologia, como em qualquer Ministério, como o da Saúde e o da Educação, que todos nós gostaríamos. Mas é uma evolução muito clara.

A evolução importante que teve no gráfico do Governo da Presidenta Dilma mostrado por V.Exa., a exemplo dos dados do MCTI, que vão se consolidar com os dados de 2013, eu tenho certeza, dá-se num quadro de maior crise do capitalismo internacional da nossa história. Isso é muito importante. Poder-se-ia imaginar que, num momento de crise internacional e de desaceleração do crescimento de todos os países, à exceção dos já conhecidos — nós somos do G-20, somos um dos três que conseguiram crescer nesse período, pelas políticas econômicas acertadas que vemos desenvolvendo —, poder-se-ia imaginar redução em áreas que no passado não foram contempladas; poder-se-ia imaginar estagnação nas verbas para a educação, o que não aconteceu; poder-se-ia imaginar, pela crise internacional que provocou desaceleração, estagnação e recessão em lugares de menor desenvolvimento aqui, que o Ministério de Ciência e Tecnologia viesse a sofrer reveses. E, ao contrário, observa-se isso claramente. E com o seu papel de continuar lutando para aumentar, quando o senhor sair, certamente vai ter que estar maior esse número aqui, na coluna do Ministério de Ciência e Tecnologia. Mas nós já estamos com 1.74% do PIB. Já estivemos com 0.9%, com 90% do 0.9% sendo público e apenas 10% privado, quando em qualquer país desenvolvido do mundo é o inverso. E V.Exa. não mostrou, mas até onde eu sabia, já estamos conseguindo, pelas iniciativas sobretudo dos programas tipo Inova Empresa ou Plano Brasil Maior,



chegar a um patamar mais equilibrado entre os investimentos em inovação tecnológica no parque produtivo e do Estado brasileiro com seus três entes federados.

Então é preciso colocar isso para contextualizar. E eu fiquei muito feliz de ver que a sua exposição começa com a compreensão, como acadêmico que é, como ex-colega Reitor que é, do papel que a Pasta tem não só no desenvolvimento nacional, mas na articulação do Brasil com resto do mundo. Foi uma aula, e eu quero lhe parabenizar.

Eu gostaria de pedir uma segunda aula, que não vai dar para ser feita aqui, até porque eu tenho que sair correndo. Por azar essa reunião ainda coincidiu com a Marcha dos Prefeitos. Todos nós, além de todas as coisas que já foram faladas do dia a dia do Parlamento, estamos sendo acossados e naturalmente — fui Prefeito e sei o que é isso —, a estar juntos em vários Ministérios com os Parlamentares, e eu vou ter que fazê-lo. Mas eu queria verificar com o Deputado Tripoli como a gente faz uma discussão sobre esse tema, que eu concordo com o que V.Exa. anunciou, de que há uma confusão imensa sobre o que é desindustrialização e como esse termo está mal aplicado no que diz respeito à indústria brasileira. Não que estejamos nos melhores do mundo, e falo isso como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional. É evidente que não estamos, é evidente que há um choque importante dentro dessa crise internacional de oferta de produtos manufaturados sobrando pelo mundo todo.

É evidente que nós temos hoje países, como a China e outros asiáticos, com uma enorme capacidade de competir com as economias manufaturadas, mas o Brasil não está numa posição de desindustrialização. Eu acho que nós deveríamos parar com esse clima pessimista que muita gente tenta plantar, a despeito dos indicadores terem caído — não estou aqui, seria desonestidade intelectual não constatar —, mas a interpretação é relativa, e é necessariamente comparativa em relação ao resto do mundo.

O que aconteceu com a indústria europeia? Para dar um exemplo de como a gente está maldizendo a nossa capacidade industrial, que, obviamente, pode e deve... Quanto a esses programas, eu vi aqui e fiquei estupefato, eu não tinha esse número: 2.667 empresas já estão envolvidas no Plano Inova Empresa, com recursos do BNDES e da FINEP para fazerem aquilo que nós sabemos que têm que fazer —



quando digo nós, são todos desta sala —: inovação em educação, qualificação da mão de obra para dar competitividade a nossa indústria, e inovação na linha de produção para dar competitividade aos nossos produtos.

Fica aqui a minha proposta ao Presidente de a gente tentar tratar desse tema, que está muito maltratado, da situação da indústria nacional. E, como o Professor Campolina se colocou, de fato, dentro do horário dele, e falou assim *“Eu não vou entrar por aqui, porque isso é outra discussão, mas eu me coloco à disposição”*, gostaria que o nosso Reitor, o nosso Ministro, pudesse estar em outra oportunidade que não fosse exclusiva da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio que nós temos na Casa e também da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Nós sabemos que, se for bem a inovação tecnológica, nós poderemos ter resultados mais expressivos, no final das contas, nas linhas de produção da indústria de transformação brasileira.

E aí colocaria o meu último terço da fala procurando ecoar o que eu vejo — não está devidamente, eu diria, ainda registrado, quer entre nós, Parlamentares, quer na mídia nacional. Quanto à PEC 290, que introduziu a inovação em nossa Constituição, ainda não compreendemos a dimensão do que isso significou. Vejo, pelos jornais, pelas revistas, que parece ser uma coisa qualquer enfiar na Constituição brasileira, ao lado da pesquisa e da tecnologia, a inovação como uma política, como algo que as grandes nações do mundo falam 24 horas por dia. E nós precisamos dela exatamente para dar o arcabouço infraconstitucional, que já conseguimos aqui, para fazer as modificações que o Ministro acabou de nos mostrar, dentre elas a legislação, a readequação da Lei da Inovação, dentro do marco do Código de Ciência e Tecnologia, como assim foi trazido pela comunidade para nós.

Em especial, Ministro, eu queria lhe parabenizar porque nós fomos lá pedir ao senhor que acelerasse os estudos no âmbito do MCTI para encaminhar o tal do SIDOF ao regime diferenciado de contratações, que o senhor como Reitor quer, eu como ex-Reitor quero, a Deputada Margarida como ex-Reitora quer, todos os atuais reitores querem, os institutos federais e estaduais, e a FAPESP está esperando. Estamos todos nós esperando sair da Lei nº 8.666, porque não é possível uma



legislação estabelecer o mesmo regime de compras para a compra de um lápis no serviço público e para montar um laboratório nas nossas instituições.

V.Exa. está de parabéns, a Ministra Miriam, do Planejamento, o Ministro Mauro Borges, todos os Ministros que construíram. O Sr. João De Negri participou da fase final deste trabalho que havia sido iniciado ainda nas gestões anteriores, mas V.Exa. deu a celeridade que nós pedimos, já está hoje na Casa Civil, e espero que a Casa Civil remeta ao Congresso Nacional, para que nós possamos aprovar a lei áurea do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil com um novo regime especial de contratações.

Parabéns a V.Exa.! Eram essas as minhas contribuições como arguidor nesta manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Fica o convite ao Ministro para que ele venha um dia fazer reflexões conosco a respeito da indústria brasileira sob a ótica da ciência e da tecnologia. Poderíamos depois agendar com as assessorias o dia que V.Exa. puder aqui comparecer.

Vou passar a palavra a V.Exa., Ministro e, em seguida, aos três inscritos: a nobre Deputada Luiza Erundina e os nobres Deputados Ariosto Holanda e Jorge Bittar, para suas considerações.

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Primeiro, quero dizer o seguinte: eu cheguei aqui e não conhecia a Esplanada, do ponto de vista operacional. Então, eu precisava de gente que conhecesse e me ajudasse. Eu convidei o João De Negri para ser Secretário-Executivo exatamente porque, além da competência profissional e técnica, ele conhece a operação da casa — inclusive, ele estava como Diretor de Inovação da FINEP, operando na empresa. Esse foi o critério que eu utilizei: escolhi uma pessoa que tivesse condições de me ajudar no operacional e na concepção — ele é dá área e conhece tudo. Foi a razão pela qual o convidei. Além de tudo, ele tem um grande defeito: foi meu aluno. (*Risos.*)

Acho que a preservação do orçamento foi um lado positivo. Nós continuamos trabalhando para não haver cortes, porque está espremido! Mas eu chego e digo: “*Olha, a nossa situação é essa e as implicações são essas*”. Eu não chego empurrando a porta, porque acho que não é ético, não é delicado. Eu acho que a



gente não consegue ser respeitado pela truculência, pela falta de respeito e pela falta de educação. Eu tento convencer, mas se não conseguir, respeito as decisões.

Eu gostaria de tratar da temática da industrialização, inclusive porque é um tema de que trato como acadêmico. É um equívoco que está sendo cometido pegar a literatura internacional que foi feita para outra coisa, ou seja, para analisar a crise do nordeste americano, do noroeste inglês, de cidades como Detroit, que tinha 1 milhão e meio de habitantes e tem hoje 800 mil, numa decadência total e generalizada. Estão acontecendo mudanças estruturais no mundo inteiro. Então, vamos discutir isso. Eu não estou dizendo que a crise internacional não afetou a indústria brasileira, que não tenhamos muitos desafios pela frente. Vamos fazer um diagnóstico correto e verdadeiro, mas não vamos criar uma falsa impressão.

São Paulo não está no caos! São Paulo não virou Detroit, em que o povo está migrando, andando pelas estradas, procurando comida. Não é isso o que está acontecendo lá. O que está acontecendo é que houve descentralização industrial, substituição por outras atividades.

Estou à disposição para a gente voltar a discutir isso e inclusive a falsa ideia de que nós não devemos exportar *commodities*. Devemos exportar *commodities*! É óbvio que não podemos ficar parados. Nós temos que modernizar a atividade para exportar *commodities* e outras coisas. Eu vou apenas fazer uma menção. Antigamente se dizia que cada país exporta aquilo que tem dotação de recursos; portanto, exporta produtos naturais quem é economia primária. Aí vem uma concepção teórica, robusta, chamada Paradoxo de Leontief, para mostrar que os Estados Unidos eram a economia mais poderosa, mas exportava *commodities*, exportava comida, exportava produto agrícola, e continua exportando.

Portanto, as coisas não são incompatíveis. Vamos exportar *commodities*. Não vamos destruir a agricultura brasileira, não vamos acabar com a mineração brasileira. Agora, vamos construir o outro lado, construir o outro edifício. O que nós precisamos é de construir o outro edifício, não é negar o primeiro, porque o primeiro inclusive pode nos dar recursos para construir o segundo.

Acho que a PEC 290, ao reconhecer a inovação como uma questão central, é realmente um avanço e é ponto de partida para as outras legislações. Eu espero que o Projeto de Lei 2.177 e o Regime Diferenciado de Contratações também sejam



aprovados. Com isso vai ser dado um salto e vai-se deixar de criminalizar as pessoas, por quem foi Reitor sabe que toda hora chega lá o TCU e diz: *“Você está errado. Tem que devolver 4 milhões.”* Isso aconteceu comigo antes de eu sair: *“Você tem que devolver 4 milhões porque contratou funcionários para o Hospital das Clínicas e é proibido.”* *“Você quer que eu feche o hospital, ponha as pessoas na rua, ponha os doentes na rua?”* A gente faz coisa irregular, mas eu não posso... *“Eu vou fechar o hospital porque não tem funcionário?”* *“Não, está tudo transparente, mas você não podia ter contratado pela Fundação de Apoio. Então, devolve os 4 milhões que você pagou para os funcionários”.* Como eu não tenho 4 milhões, eu falei: *“Então me arranje uma prisão onde eu possa escrever um novo livro, porque eu não tenho dinheiro para pagar”.* (Risos.)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Vou passar agora aos próximos oradores.

A nobre Deputada Luiza Erundina tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Ministro, eu saúdo a sua presença em nossa Comissão. Fiquei muito entusiasmada com a concepção que V.Exa. demonstrou na sua exposição sobre desenvolvimento. Em nenhum momento eu vi V.Exa. se preocupar ou focar na questão econômica, no crescimento econômico, embora esteja subentendido que o PIB implica crescimento de indicadores econômicos. E a sua concepção de desenvolvimento — desenvolvimento integral, desenvolvimento global, desenvolvimento não qualificado econômico, social e não sei quê outro aspecto do desenvolvimento — a meu ver marca uma diferença, pelo menos até agora, nas concepções que têm caracterizado a política dessa área e a política do Governo de um modo geral. Daí o bem que faz ser V.Exa., além de cientista, pesquisador, gestor, também professor, educador.

Então, eu fico até na expectativa de que, na sua presença no Governo, com essa concepção sistêmica, estrutural, estruturante de desenvolvimento, consiga V.Exa. contaminar a cultura e a ação do Governo de modo a que, com uma concepção global, integral de desenvolvimento, consiga, o que é uma preocupação muito explicitada por V.Exa., a integração das áreas, a interdisciplinaridade das ações de Governo, a chamada plataforma conjunta que V.Exa. anuncia aqui.



Eu fiquei muito entusiasmada com a concepção que está por trás, na base ou à frente de tudo aquilo que V.Exa. propõe, sobretudo a orientação de ver o desenvolvimento científico e tecnológico a serviço do social, a serviço dos direitos humanos, da cidadania, da qualidade de vida da maioria, senão da totalidade do nosso povo. Acho que isso é muito novo, é ético numa nova concepção de desenvolvimento.

Eu fiquei muito entusiasmada, e o mérito de sua intervenção fica comprovado pela vontade de a gente ter mais. V.Exa. precisa voltar mais vezes, ou nós teremos que ir mais vezes, ir vezes outras, para discutir e aprofundar esses aspectos que de forma muito competente e muito convincente expõe. Percebe-se o quanto V.Exa. acredita naquilo que propõe. Eu fiquei muito entusiasmada.

Gostaria de me aprofundar um pouco mais. Quando V.Exa. fala em plataformas conjuntas e cita vários Ministérios, eu me perguntava: está incluído aí o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome? A ponta, o final dos resultados daquilo que uma política almeja, orientada por essa concepção que V.Exa. coloca, tudo se desborda lá no Município, lá no poder local, lá no movimento social. Eu perguntaria quanto à presença do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre essas outras áreas que comporiam uma plataforma, conforme V.Exa. já anunciou em sua fala.

O Ministério, em outras gestões, tinha, não sei se ainda mantém, uma Secretaria de Tecnologia Social. Eu pergunto: o que está previsto na sua proposta, do ponto de vista político de tecnologia social?

Existe uma demanda, e eu estou até solicitando uma audiência com V.Exa. para levar a proposta de um Município do interior de São Paulo que, a meu ver, se tiver o respaldo desta Casa, do Congresso e do Governo, do ponto de vista de orçamento, poderá ser uma experiência piloto importante, sobretudo na perspectiva do desenvolvimento local, do desenvolvimento social, da inclusão social, que está tão forte na abordagem que V.Exa. nos fez, de forma brilhante, nesta manhã nesta Comissão.

Outra questão, Ministro. Queria saber sobre o plano da pesquisa aeroespacial, em particular sobre o Centro Espacial de Alcântara, porque aquilo lá é um elefante branco, oneroso para o País, socialmente injusto e está afetando



ambiental, social e culturalmente a população tradicional daquela região. E o impacto tecnológico daquele investimento, há tantos anos sem ter um resultado prático, concreto, não justifica o sacrifício e o custo social que produz. Eu gostaria muito de ver no seu plano uma proposta objetiva. E V.Exa. tem a peculiaridade, tem uma característica, a meu ver positiva, de querer ver as coisas concretamente; desmistificando, inclusive, o cientificismo.

Agradou muito a forma como V.Exa. aborda as questões mais complexas, com uma dimensão científica importante, e consegue traduzi-las de forma acessível e democrática. E é isso o que a gente tem que fazer chegar ao nosso povo, à sociedade civil organizada, que está apta a entender essas coisas, tem expectativa em relação à ação do Governo, de modo a incluir e dar respostas práticas, concretas e objetivas ao cotidiano da vida destas pessoas nos Municípios. Lamentavelmente, a maioria dos cientistas, dos pesquisadores e dos gestores não tem muito a preocupação e a intuição de que é por aí que as ações de governo e das ações da ciência se traduzem de fato em resultado de qualidade de vida e de exercício de cidadania do nosso povo.

Eu perguntaria também, Ministro, se V.Exa. já analisou e já avaliou o impacto orçamentário dessa sua proposta. E eu proporia, com a minha modesta experiência política, que V.Exa. — é provável que já o tenha feito — agregasse a essa sua proposta uma estratégia política orientada à questão orçamentária. Nós estamos frustrados e cansados de, a cada ano, propormos emendas orçamentárias no âmbito desta Comissão, inclusive para a política de ciência e tecnologia e, no âmbito das outras Comissões e das bancadas parlamentares, serem fictícias. Estimam-se recursos e metas ousadas e, no final, vem o contingenciamento. Quanto da dimensão orçamentária e financeira está contida nesse seu plano estratégico e como montar uma estratégia política? E aí nós talvez devêssemos nos juntar ao Ministério e a V.Exa. para conseguirmos reverter esta prática, esta política, esta cultura de se apresentar emendas no limite máximo que é possível conseguir aprovar, mas já certos de que isso não vai ser liberado, de que vai ser contingenciado. Como reverter essa lógica viciada, a meu ver, e frustradora, sobretudo para um gestor que está entrando com o entusiasmo, com o acerto e com o caráter convincente, como V.Exa. demonstra nesta conversa bastante importante?



Eu gostaria, portanto, que nós tivéssemos uma ponte mais constante, mais permanente, para vermos o quanto conseguimos ajudar nisso.

Eu espero que a sua presença no Governo tenha o máximo de espaço para poder repercutir não só neste Governo, porque a ciência, a tecnologia e a pesquisa se projetam estrategicamente em décadas. Seria muito bom que V.Exa. pudesse influenciar culturalmente, com a sua presença no atual Governo, de modo que o Plano Plurianual e os Orçamentos que vierem incorporem esta dimensão estratégica de tempo. que projetem o País e o seu desenvolvimento nesta dimensão que V.Exa. coloca, com muita objetividade, e a meu ver, de forma acertada, a dimensão social do desenvolvimento e o desenvolvimento sem qualificação econômica e social, mas o desenvolvimento, que supõe a articulação de todas essas áreas, envolvendo cultura, educação, comunicação.

Fiquei entusiasmada quando V.Exa. coloca a ponte e o diálogo com o Ministério das Comunicações, que não tem nenhuma incidência na vida concreta de nosso povo. Então, trazer isso para o debate é algo tão novo, é algo tão promissor que V.Exa. me deixa muito entusiasmada com sua passagem nesta manhã na nossa Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Passo a palavra agora ao nobre Deputado Ariosto Holanda, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de cumprimentar o nosso, permita-me chamá-lo assim, Prof. Clelio Campolina, da nossa Universidade Federal de Minas Gerais.

Eu quero dizer, Professor, que duas coisas me chamaram a atenção. Uma foi quando, na sala do Presidente, V.Exa. disse que fez, em determinado momento, um estudo sobre a questão do Nordeste. Aproveito a oportunidade para, junto com o coordenador da bancada, convidá-lo para fazer uma exposição na bancada federal do Nordeste para tratar do assunto de ciência e tecnologia.

Eu acho que V.Exa. foi muito feliz quando na sua exposição levantou a questão do desenvolvimento social, também colocada aqui pela nossa Deputada Luiza Erundina. Eu sempre procuro diferenciar o crescimento econômico, que é PIB,



que é concentração de riqueza, do desenvolvimento social, que é medido pelo IDH — Índice de Desenvolvimento Humano.

Mas, Sr. Ministro, neste Brasil temos muitos Brasis. Temos o Brasil pobre e o Brasil rico, e os desequilíbrios regionais hoje se dão não por conta da concentração da riqueza, mas pela concentração do conhecimento. Isto é o que me preocupa: cada vez mais, a concentração do conhecimento se dá na Região Centro-Sul. Por isso, eu queria trazer para esta discussão a questão do Norte e Nordeste, que cada vez mais vão se distanciando do Sul, e também fazer uma reflexão sobre o que é desenvolvimento, desenvolvimento para que e para quem.

Quando V.Exa. fala nos ciclos de Kondratieff, lembrei-me do nosso Israel Vargas, que tem até um livro publicado sobre esses ciclos. Quando chega ao sexto ciclo, que trata da nanotecnologia, da biotecnologia, da engenharia genética, V.Exa. procura ponderar sobre as implicações na dimensão humana. E vem a minha reflexão: será que nós estamos chegando àquele admirável mundo novo de Huxley?

Ministro, eu queria trazer a extensão para esta discussão e ver qual é sua visão. Eu aprendi muito com alguns mestres, inclusive queria destacá-los neste momento — Dr. Alberto Pereira, do IPT de São Paulo; Lynaldo Cavalcanti, do CNPq; Bautista Vidal, da STI; Israel Vargas —, pessoas que defenderam muito a questão da extensão. E V.Exa., que é da universidade, sabe muito bem a importância da extensão.

Eu defendo a extensão, com muita ênfase, para atacar estes dois analfabetismos que nós temos hoje no País: o analfabetismo funcional e o analfabetismo tecnológico, principalmente neste momento, pois eu acho que o Presidente Lula foi muito feliz quando triplicou o número de Institutos Federais. Hoje, eles estão presentes em todas as regiões e vão chegar a 500 Municípios até o final do ano. E com mais os campos avançados das universidades, nós podemos fazer a maior revolução deste País na questão da extensão, mesmo porque, Ministro, o grande desafio que V.Exa. vai enfrentar é fazer com que os Municípios saibam para que serve Ciência e Tecnologia. Todos eles sabem para que servem o Ministério da Educação, o Ministério do Transporte, o Ministério da Agricultura, mas a maioria não sabe para que serve o Ministério da Ciência e Tecnologia.



A Ciência e Tecnologia pode chegar pelo caminho da extensão. Temos que mobilizar as universidades e os institutos federais, para que cheguem lá na ponta. As universidades têm que tirar das prateleiras os conhecimentos que foram gerados, como foi dito num relatório da UNESCO. O nosso pesquisador deve abrir a porta do seu gabinete e se perguntar: *“O que eu posso fazer sobre a pobreza que aí está?”* O Nordeste enfrenta frequentemente os ciclos da seca, e ninguém encontrou ainda uma fórmula de conviver com a seca pela linha da educação, da ciência e da tecnologia. Fizemos muitas obras, mas esquecemos do homem. A ciência e a tecnologia têm os caminhos para chegar a esse desenvolvimento.

Para concluir, Ministro, já que a Deputada Erundina colocou, o Ministério de V.Exa. tem uma Secretaria que eu considero da mais alta importância e que pode fazer o caminho da extensão: é a SECIS — Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, implantada ainda no Governo Lula, que foca nos projetos dos CVTs — Centros Vocacionais Tecnológicos, dos APLs — Arranjos Produtivos Locais, das incubadoras de empresas. Então, é isso o que nós estamos precisando neste momento, com urgência, no Nordeste, para evitar esse desequilíbrio.

Finalmente, Ministro, nós temos o trabalho feito pela bancada federal do Nordeste que trata do Plano de Ciência e Tecnologia do Nordeste, em que estamos apenas pedindo que o Ministério presida um conselho de nordestinos e aplique um recurso que, de direito, é do Nordeste e do Norte. O Decreto-Lei 719, de 1969, que cria o FNDCT, institui em seu art. 3º-B a aplicação de 30% dos fundos setoriais nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Então, o que estamos pedindo é muito simples: que o Ministério presida um conselho de nordestinos ou de nortistas e aplique aqueles recursos a ele destinado ouvindo a demanda dessas regiões, porque hoje nós estamos sujeitos a um edital nacional. E eu sempre digo que o edital é uma fórmula de tratar igualmente os desiguais. Então, os desequilíbrios de aplicação são muito grandes.

Nesse plano, que foi desenvolvido na bancada do Nordeste, nós estamos pedindo que o Ministro da Ciência e Tecnologia componha um conselho de Secretários do Nordeste, das universidades do Nordeste, ouvindo a demanda de cada Estado, e procure praticar uma política que venha ao encontro daquela



demanda e não da demanda nacional, que é definida por edital, em que Estados como Piauí e Alagoas nem entrar conseguem.

Então, Sr. Ministro, são essas as minhas colocações. Parabéns a V.Exa.

Sr. Presidente, para concluir, quero passar a V.Exa. exemplar do trabalho feito pela Comissão de Ciência e Tecnologia sobre a extensão tecnológica no País, sob o título *Extensão Tecnológica no País: o Conhecimento a Serviço da População*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Deputado Ariosto Holanda a gentileza do periódico *Extensão Tecnológica no País: o Conhecimento a Serviço da População*.

O Deputado Ariosto Holanda é um Parlamentar extremamente experiente na área e dedicado à questão do Nordeste brasileiro.

Passo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar e, em seguida, ao Deputado Rodrigo Garcia.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sr. Ministro, que nos honra com sua presença aqui entre nós, quero me associar a todos aqueles que elogiaram a sua apresentação pela visão sistêmica, por traçar linhas de compreensão dos objetivos estratégicos nacionais através das quais o setor de ciência e tecnologia dialoga com políticas setoriais, dialoga com uma visão de desenvolvimento econômico na busca da justiça social para o País e de desenvolvimento regional.

Eu quero elogiar a sua intervenção, bem como a conversa que tivemos aqui na sala do Presidente, na qual o senhor enfatizou muito a necessidade de fazermos uma revolução educacional no País com foco em dois aspectos centrais, o professor e a escola em tempo integral como elementos fundamentais, para que a gente possa construir uma base educacional que prepare o Brasil para que ele possa, verdadeiramente, ser um protagonista nesse novo ciclo de Kondratieff que o senhor aqui delineou, um ciclo marcado pela diversidade de tecnologias avançadas.

Anoto apenas que, na sua exposição, talvez até pela exiguidade de tempo e por ter sido sucinta, o tema regional ficou um pouco de lado. Quando o senhor tratou, por exemplo, das plataformas tecnológicas, talvez elas devessem ter também um componente regional. Aliás, não é fácil a articulação Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Desenvolvimento e MEC, como primeiro



núcleo, e, depois, os Ministérios setoriais. Os Ministérios setoriais podem remeter à questão regional, mas não de maneira explícita, necessariamente, ou seja, teremos de ver como trabalhar o corte regional.

Eu penso, e aí vou fazer uma certa menção ao tema da desindustrialização, que nós, de fato, não vivemos um processo de desindustrialização. O senhor mesmo mostrou que a participação da indústria manufatureira brasileira em toda a produção mundial cresceu na última década um pouco mais do que década anterior. No entanto, isso não deve fazer com que nós descansemos diante desse assunto. Há um desafio, como o senhor mesmo fez menção, pois somos exportadores de produtos primários, o que não nos desmerece. Aliás, há muita tecnologia, sobretudo nas *commodities* agrícolas. A EMBRAPA é motivo de orgulho nacional ao produzir conhecimento, tecnologia e inovação que permitem que nossos produtos tenham qualidade com preços competitivos no mercado internacional; ao adaptar, por exemplo, variedades, em determinados produtos agrícolas, a diferentes tipos de solos e microclimas nacionais. No entanto, o tema da indústria nos preocupa a todos. Houve um crescimento dos recursos destinados à ciência e à tecnologia, mas eu penso que o setor empresarial brasileiro, mesmo o setor de serviços, é tímido quando se trata de investir em P&D e alcançar verdadeiramente objetivos tecnológicos e inovação.

O Programa Inova Empresa está buscando impulsionar o setor, mas acho que nós desenvolvemos uma série de instrumentos no passado que não foram necessariamente bem-sucedidos. Embora todos tivessem as melhores intenções possíveis, nós não alcançamos os objetivos. Cito, por exemplo, o setor de informática: a Lei da Informática, Lei do Bem e alguns outros incentivos, complementados com a redução de custo de pessoal, também afetaram a área da tecnologia da informação. O Brasil, embora tenha crescido, não se destaca internacionalmente como um dos grandes produtores de conhecimento, de tecnologia e de inovação na indústria da tecnologia da informação.

O setor de telecomunicações, que conheço razoavelmente bem, sofreu uma regressão. Lá no passado, na época em que era ainda estatal, nós tínhamos uma indústria nascente no setor, fomentada pelo Estado e pela capacidade de compra do Estado. Com a privatização, as empresas privadas não assumiram esse



compromisso, porque também não houve arranjos adequados desse tipo. O Centro de Pesquisa e de Desenvolvimento em Telecomunicações, o CPqD, de Campinas, que é o principal, e as nossas universidades ficaram totalmente desconectados daqueles que adquirem equipamentos. E não pudemos utilizar esse mercado interno fantástico para impulsionar o desenvolvimento de uma indústria brasileira nessa área. Estamos amargando déficits comerciais extremamente grandes no setor eletroeletrônico, boa parte deles ligados ao setor de telecomunicações.

Mais recentemente, o Ministério criou incentivos vinculados ao Plano Nacional de Banda Larga, o Regime Especial de Tributação do PNBL, nas licitações de frequência para serviços de telecomunicações móveis, com a obrigatoriedade de fabricação nacional, que é o PPB — Processo Produtivo Básico, e de conteúdo tecnológico brasileiro. Eu acho que essas coisas são ainda muito pouco amarradas, porque não adianta uma empresa desenvolver uma tecnologia em um determinado elo de uma cadeia de valor internacional e ficar perdida nesse processo.

Eu entendo que, quando o senhor fala de plataformas científicas e tecnológicas, deseja estabelecer diretrizes claras, articulações claras e metas objetivas, ou seja, vamos atingir, dentro de tanto tempo, o desenvolvimento tecnológico numa determinada área.

Aqui se falou, a partir da intervenção do Deputado Sandro, sobre energias inovadoras, fontes renováveis de energia, como é o caso da eólica, da qual acho que a gente já tem até uma base industrial razoável no País. Com a incidência de luz solar no Brasil mais o fato de nós estarmos caminhando no sentido de termos processos de distribuição mais espalhados na sociedade, ou seja, qualquer residência poderá ser uma produtora de energia ligada às redes inteligentes, poderemos vender o excedente de energia que essa residência produz, como a Alemanha e alguns outros países já vêm praticando.

Isso gera oportunidades muito grandes, mas que precisam ser devidamente amarradas, para que a gente avance ainda mais na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico na área de células fotovoltaicas, de equipamentos adequados, nos preços verdadeiramente competitivos. Eu penso que nós ainda caminhamos de maneira muito desarticulada, e isso não nos permite atingir objetivos.



O Brasil sempre alcançou os objetivos que se propôs a atingir. Citei aqui o caso da EMBRAPA, que é um caso de grande sucesso. Eu posso citar o caso da PETROBRAS. Quando nós tivemos que explorar petróleo em águas profundas, a PETROBRAS, usando o seu poder de compra, desenvolveu tecnologia na indústria, pelas exigências do Governo, de conteúdo nacional, e nós avançamos. A indústria de construção naval brasileira está ressurgindo, assim como várias indústrias de equipamentos ligados a óleo e gás também estão ressurgindo.

No caso da EMBRAER, a Aeronáutica bancou, durante décadas, a constituição de uma empresa de produção de aeronaves que hoje é uma das empresas mais competitivas do mundo. Mas são casos isolados. Nós não temos ainda um sistema nacional que nos permita olhar para o futuro. A gente tem que ter uma visão de estudos prospectivos sobre o desenvolvimento da tecnologia. Não adianta querer desenvolver uma tecnologia que já está em uso, que já está disseminada internacionalmente, porque isso não adianta nada.

Nós temos que olhar para o presente e para o futuro e perseguir objetivos de tal maneira que possamos estar em sintonia com o sexto ciclo de Kondratieff, mas criando arranjos que, de fato, articulem a produção científica, que está na universidade, que está nas instituições científicas e tecnológicas com o aparelho produtivo brasileiro, no sentido de que possamos construir, como o senhor mencionou, essa outra edificação. Nós estamos devendo isso à população brasileira.

Por fim, quero dizer que isso tem muito a ver com educação; ciência e tecnologia têm muito a ver com ganhos de produtividade, como o senhor disse na abertura de sua exposição. Há alguns que pensam que os ganhos de produtividade poderão ocorrer pela visão, a meu ver, retrógrada, de redução salarial — aumento do desemprego na sociedade brasileira para reduzir salários e coisas dessa natureza —, o que é uma visão monetarista de desenvolvimento. Eu penso que nós deveríamos olhar para ganhos de produtividade incorporando tecnologia e inovação no aparelho produtivo brasileiro, para que nós nos tornemos cada vez mais competitivos e integrados a esse mundo globalizado.

É isso. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Garcia, para suas considerações.

O SR. DEPUTADO RODRIGO GARCIA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, é uma satisfação recebê-lo em nossa Comissão. Eu invertei o calendário do Ministro. Até o mês de abril deste ano eu era Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, e reassumi o mandato no mês de abril, conforme determina a lei. Portanto, não cruzei com o Ministro nos nossos fóruns de discussão: Estado e Governo Federal. Mas quero cumprimentá-lo pela explanação e pelo entusiasmo com que fala sobre a política de ciência e tecnologia.

No fundo, quero aqui dividir algumas opiniões com o Ministro e, principalmente, saber sua opinião, tendo em vista sua experiência como reitor, como gestor público, sobre o marco institucional hoje da ciência e tecnologia do nosso País.

Primeiro, São Paulo tem um arranjo institucional — e alguns Estados têm arranjo semelhante — pelo qual faz, de maneira conjunta, o desenvolvimento, a ciência, a tecnologia e a inovação no mesmo organismo de Governo. Lá, nós juntamos as universidades estaduais, as fundações de pesquisa, os institutos de pesquisa e a área de desenvolvimento no seu ensino técnico e tecnológico em uma mesma Secretaria. Portanto, temos um único arranjo institucional em que dialogamos apenas com os setoriais envolvidos na política de ciência e tecnologia e temos um comando único: a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Isso nos dá agilidade em algumas decisões e faz com que nós possamos nos desvencilhar da burocracia que existe nos instrumentos de contratação.

São Paulo, hoje, que de alguma maneira perdeu um pouco de espaço na sua produção industrial — saiu de 50%, na década de 90, para 33%, 34% de participação no PIB —, já não tem, no que pesem os esforços dos outros Estados e o esforço cada vez mais presente do protagonismo do Governo Federal na política de ciência e tecnologia, coisa semelhante na produção de conhecimento. São Paulo hoje é responsável por 51% da produção científica nacional.

Por que estou dizendo isso? Porque o que fez com que São Paulo continuasse com grande protagonismo na área de desenvolvimento e inovação e o



que, em minha opinião, daqui para frente, não será suficiente para fazê-lo, foram justamente as vinculações do orçamento paulista, que deram recursos suficientes para a área de pesquisa e desenvolvimento fazê-lo.

Só que hoje o que nós percebemos em São Paulo é que, apesar de os recursos serem suficientes, serem abundantes, eles não mais serão suficientes para que continuemos tendo esse protagonismo, justamente porque existe um marco institucional que ainda é arcaico para os dias de hoje. Há muitos deles que estão aqui nesta Casa de leis para serem avaliados, para que possam, de alguma maneira, desburocratizar esse sistema. Aqui eu entro um pouco no segundo ponto, que é justamente os dispêndios do Governo Federal crescentes na área de P&D, como o Ministro falou. Qual é a diferença alcançada com essa vinculação orçamentária até então em São Paulo? Uma maior participação do poder privado, que é tudo o que nós buscamos em âmbito nacional.

A participação, em São Paulo, é maior da iniciativa privada em investimentos em pesquisa e inovação do que a do próprio Governo. Aliás, lá, a nossa constatação é a de que já estamos no limite do orçamento público possível de investimento na área de desenvolvimento. O segredo é criar segurança, e aí o marco institucional é fundamental para que os investimentos privados possam crescer. Aqui eu me refiro aos instrumentos, e o Ministro citou aqui a EMBRAPII. O IPT, de São Paulo, foi um dos pioneiros nesse contrato embrionário com a EMBRAPII para que nós pudéssemos, efetivamente, dar segurança ao parceiro privado de que aquele investimento e o resultado da pesquisa serão efetivamente compartilhados. E nós tivemos casos no Brasil, em São Paulo, em que, depois de um investimento público e privado feito, acordado, em laboratórios que geraram conhecimento, geraram patentes, o Poder Judiciário, na primeira instância, desequilibrou o acordo inicial. Isso afastou o investimento privado.

Então, a minha opinião rápida, Ministro, em relação aos recursos para P&D, é que não necessariamente hoje faltam recursos. Nós precisamos azeitar os instrumentos, e a diferenciação nas compras governamentais é fundamental para que nós possamos estimular que esses investimentos possam atrair a iniciativa privada.



Se nós compararmos o Brasil com o mundo, em termos de investimento, de PIB, nós não passamos mais vergonha como passávamos no passado; mas eles, notadamente, são investimentos públicos, e o nosso segredo é buscar que os investimentos privados tenham segurança em relação a isso, o que só vai haver na medida em que nós tenhamos uma legislação muito clara.

O Deputado Newton Lima cita aqui o simbolismo da inclusão da inovação na Constituição Federal que esta Casa fez recentemente. Eu acho que isso será mobilizador de ações e de legislações específicas nessa área de ciência e tecnologia.

Outra constatação: esse marco regulatório vai nos ajudar a sermos mais competitivos. Não adianta criarmos produtos inovadores sem preços competitivos. Ninguém compra coisa inovadora que seja cara, fora do preço, e este é um dos grandes problemas que o Brasil ainda tem. Sofremos com o câmbio e com burocracias desnecessárias que aumentam, infelizmente, o valor dos produtos produzidos aqui no País.

E uma última observação em relação ao Plano Diretor Nacional de Ciência e Tecnologia. Eu estava aguardando aqui uma mensagem de São Paulo, mas não recebi. Se não me falha a memória, nós definimos, no País, no plano diretor, cerca de 23 ou 24 setores estratégicos. Não é isso? E o que nós estamos vivendo em São Paulo hoje é exatamente a renovação do Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação. Lá, são 8 setores estratégicos estabelecidos pelo Estado.

Mas o que hoje nós estamos fazendo diferente do que vinha sendo feito no passado? Um plano diretor que nos dá uma visão de médio e longo prazo, que nos orienta em relação a recursos públicos, traduzindo-o em planos estratégicos, aí sim, setoriais de curto prazo, e também, Ministro — e V.Exa., como gestor, vai entender o alcance da minha fala —, estabelecendo planos operacionais em relação ao plano diretor.

Muitas vezes se tem uma boa carta de intenção, com um diagnóstico perfeito do País, mas esse plano diretor não é suficientemente detalhado para que a gente mobilize a ação específica de um instituto de pesquisa, seja em Minas Gerais, São Paulo ou Rio de Janeiro, Nordeste ou Norte, em relação à questão do plano diretor.



Então, em São Paulo nós estamos no meio da discussão da renovação do Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação, e estamos introduzindo uma metodologia da Fundação Getúlio Vargas, que foi muito utilizada pelo Governo americano na constituição do Programa Aeroespacial dos Estados Unidos, que é a Metodologia DEMOS, que busca extrair consenso dos grandes dissensos que existem entre a comunidade acadêmica e determinados setores. Ou seja, pela primeira vez, nós vamos conseguir ter uma oitiva bastante expressiva da comunidade científica paulista, e conseqüentemente nacional, e extrair dela consensos, mas trabalhando num plano diretor de longo prazo, com planos operacionais que vão mobilizar os orçamentos dos institutos de pesquisa, de toda estrutura operacional de pesquisa de São Paulo em relação a isso, que eu acredito seja um bom exemplo para o País, que vem avançando rapidamente na política de ciência e tecnologia.

Que nós transformemos num plano diretor essa grande carta náutica dos rumos que o País dará à sua política de ciência e tecnologia, mas que ele seja traduzido necessariamente em uma mobilização pontual de um instituto, de um Estado ou de um setor específico. E, de resto, cumprimento o Ministro e desejo boa sorte ao seu trabalho.

Aqui nós estamos discutindo, Presidente Tripoli, a competitividade do Brasil a longo prazo, e acho que é fundamental pensarmos a longo prazo, mas devemos agir no presente, em termos das nossas ações.

Parabéns e boa sorte, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Deputado Rodrigo Garcia e concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Boa tarde, Ministro! Eu queria pedir desculpas por não ter chegado a tempo, infelizmente, para a apresentação, mas eu estava folheando aqui a apresentação.

Nós estamos tratando aqui, sem dúvida, de um assunto significativo para a vida, para o futuro do País. Eu me lembro de uma informação que nos foi dada na década de 70 de que a China havia selecionado 100 mil estudantes naquele período, logo depois da revolução cultural, da abertura política, e encaminhado bolsistas para as principais universidades americanas e europeias, principalmente



das áreas de tecnologia, física, química, de pesquisa de ponta. Parte deles, evidentemente, não voltou, mas a grande maioria voltou. E aí se vê o resultado 20 anos depois. Isso não foi por acaso.

Em relação aos bolsistas, o Programa Ciência sem Fronteiras realmente me parece ser algo extremamente importante. A minha primeira pergunta, Ministro, é: como está a distribuição por área de conhecimento desses bolsistas? Hoje, são 62 mil, parece-me que é o número que eu estava vendo aqui. Como é a distribuição por área de conhecimento?

Há uma preocupação com o retorno desses bolsistas ao Brasil. Evidentemente que eles vão trazer uma bagagem de conhecimento, mas vão precisar de certa base estrutural para dar seguimento ao conhecimento acumulado nesse processo. Então, como se combina esse incremento na capacidade dos recursos humanos com o nosso parque de desenvolvimento tecnológico, de ciência, tecnologia e inovação, com os institutos que nós temos aqui? Isso para permitir o uso desse conhecimento que vai ser incorporado a esses jovens que participam desse ciclo de bolsas.

Por último, é evidente que nós estamos tratando, quando discutimos ciência e tecnologia, de uma fronteira entre as necessidades do Estado e as do mercado, da combinação dessas áreas. Aqui, no Brasil, a iniciativa privada está muito aquém do que acontece em outros países em relação ao desenvolvimento tecnológico, à inovação, à pesquisa científica, etc. e ao gasto com essas áreas. Isso me parece que tem muito a ver com uma cultura que precisa ser estimulada, a partir da própria capacidade de o País provocar o gosto pela ciência. Se nós não tivermos um incentivo à promoção de uma cultura do conhecimento, da valorização do conhecimento científico já nas escolas, no ensino básico, ficará difícil depois.

Eu sou engenheiro de formação, e, quando eu me formei, 30 engenheiros se formaram no meu curso de Engenharia. Nas décadas de 80 e 90, a Universidade Federal de Pernambuco formava 30 engenheiros eletricitas e eletrônicos; hoje forma 3 a 4 engenheiros, por conta de mudanças que aconteceram, e evidentemente que isso tem consequências. É preciso, então, a retomada do crescimento, exigindo profissionais dessas áreas.



Eu acho que é preciso, de fato, esse incentivo, na escola, à ciência, ao conhecimento científico, a uma cultura de conhecimento de ciência, porque isso, sem sombra de dúvida, pode contribuir para melhorar, no médio e longo prazo, essa nossa deficiência na área do conhecimento científico.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Deputado Fernando Ferro e passo a palavra ao nobre Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Ministro, primeiro, eu quero colocar à disposição aqui a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, a qual nós presidimos, e dizer que nós conseguimos avançar bem com relação à PEC 290 e ao PL 2.177. Mas, nesta Casa, o prestígio dos Ministros é muito grande. Nós levantamos uma questão de ordem para votar o Plano Nacional de Educação, na semana passada, e o Presidente disse que tinha recebido um telefonema do Ministro José Henrique Paim para colocá-lo em pauta e fortalecer o pedido. E nós provavelmente vamos votar isso hoje, mesmo com a pauta trancada, que tem outro entendimento.

Mas eu queria dizer para V.Exa. que o PL 2.177 já passou na Comissão Especial, e, na pesquisa, a gente tem que ter um planejamento. Então, nós estamos preocupados com a aprovação desses projetos, porque as empresas, os institutos e o próprio Ministério precisam planejar para o ano seguinte. E essa aprovação, neste ano, do PL 2.177 e da PEC, que agora já está no Senado para ser aprovada, evidentemente que vai contribuir muito para o planejamento do ano que vem.

Eu queria pedir a V.Exa., primeiro, que ligasse hoje para o Presidente da Casa para que coloque em pauta o PL 2.177, que está pronto para ser votado, e que pressionasse também a Casa Civil com relação ao RDC — Regime Diferenciado de Contratações Públicas, porque, diante de todo o esforço que nós fizemos, se não conseguirmos aprovar a inclusão do RDC no texto do projeto que trata de ciência e tecnologia, que deveria ser talvez o único, mas, entre os que foram aprovados, eu acho que o de ciência e tecnologia deveria ter sido o primeiro, porque aqui merece um tratamento diferenciado... E, de todos os reitores que eu conheço — e V.Exa. foi reitor —, não tem nenhum, não sei se tem, que não responda a algum processo relacionado à pesquisa no Ministério Público ou no Tribunal de Contas da União.



Então, faço esse pedido para que a gente, antes da Copa, antes do recesso, possa votar essas duas matérias e encaminhar o RDC para esta Casa. Eu não sou defensor da medida provisória de forma nenhuma, muito pelo contrário, nós precisamos fortalecer os projetos de lei, mas, nesse caso específico, se queremos aprovar já, infelizmente tem que ser por meio de medida provisória, porque é o que se vota nesta Casa. Nesse caso, eu acho que valeria a pena, e talvez seja a única medida provisória, tratando desse tema, que teria a minha aprovação imediata, porque eu vejo que não dá para fazer pesquisa sem mudar isso.

Eu quero aproveitar a oportunidade para dizer que apresentei um requerimento de informações, aprovado, em 2011, pela Mesa Diretora, mas infelizmente eu não tive o retorno ainda. Eu sei que substituíram agora a Secretaria Executiva também, mas peço a V.Exa. que, depois, dê uma força para que essas informações que eu pedi sejam fornecidas à Câmara, porque o requerimento foi aprovado em 2011. Então, está na CGU, está não sei onde, não sei o quê, e não recebi até hoje. Eu vou passar para o senhor o requerimento.

No mais, quero desejar a V.Exa. muito sucesso. Acho que nós avançamos bem na área de ciência e tecnologia e precisamos avançar ainda mais, não só com relação a esse arcabouço legal, mas também em dar uma atenção especial ao orçamento. Não adianta aprovar uma lei maravilhosa se a gente não garantir à ciência e tecnologia recursos para isso.

Parabéns e sucesso na gestão de V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Então, Ministro, estendemos a intervenção a seis Deputados. Como V.Exa. disse no início, antes de Ministro, Reitor e Professor.

Passo a palavra a V.Exa., então, para suas considerações. V.Exa. teria 10 minutos, mas terá mais tempo, porque, obviamente, os Deputados têm grande interesse em ouvi-lo.

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Bem, eu vou usar um pouquinho mais de 10 minutos, porque, senão, não vai sobrar 1 minuto para cada um. Eu vou usar um pouquinho mais de 10 minutos, mas não vou exagerar e vou estar à disposição.



Primeiro, a Deputada Luiza Erundina. Eu a conheço muito da sua militância política, embora pessoalmente, talvez, a gente nunca tenha se falado.

Realmente eu estou, como cidadão e como gestor público, nesse momento, totalmente preocupado em que um projeto de desenvolvimento de ciência e tecnologia tenha que estar a serviço da humanidade. Portanto, o social é fundamental para mim. Nós temos a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social — SECIS, que funciona na área social. O Secretário é Oswaldo Barba, que foi Reitor e Prefeito de São Carlos, de maneira que eu vou voltar a falar com ele.

Quanto à questão de Alcântara, eu não tinha conhecimento de perto. Estou acompanhando. Estiveram lá comigo o Ministro Celso Amorim, o Ministro Luiz Alberto Figueiredo, e eu estou querendo ver quais são as implicações, seja pela área da defesa, seja pela área das relações internacionais. Estou pedindo um relatório detalhado, porque eu também não posso tomar decisões de forma voluntarista. É um assunto que não me era afeto nem científica nem institucionalmente. Então, nós estamos procurando nos informar, com a rapidez necessária, para ver qual a posição que nós vamos recomendar ao Governo. É uma questão complexa. Inclusive a cada dia chega uma notícia nova. E agora eu recebi a notícia de que temos o problema dos quilombolas que estão na área. Então, nós estamos analisando isso com muito cuidado.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Sim.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Esta Comissão, já no passado, em outras gestões à frente do Ministério da Ciência e Tecnologia, promoveu visitas à região, contatos com as autoridades e com a própria população, o que resultou em relatórios e indicação de providências por parte do Ministério já há bastante tempo.

Então, eu proponho, Presidente Tripoli, que a Secretaria possa resgatar esses documentos e, quem sabe, possa, pelo menos, atualizar historicamente o que esta Comissão já fez em relação ao problema de Alcântara.

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Seguramente deve ter cópia no Ministério, mas eu pediria que nos encaminhassem, pois pode ser que eu tenha dificuldade em encontrar o histórico.



Bom, a senhora falou sobre impacto orçamentário. Eu costumo dizer que eu sou dialético na análise e cartesiano na ação. As minhas coisas têm que ter princípio, meio e fim. Então, quando nós estamos falando de um plano, eu venho de uma tradição de planejamento: tem que ter objetivo com alguma clareza, tem que ter justificativa, tem que ter identificação dos meios — aí vai ter orçamento —, tem que ter uma previsão, ainda que em alguns casos não seja muito detalhada de metas, tem que ter identificação de quais os agentes, quem vai operar o sistema, e quais os resultados previsíveis. Talvez possa ser uma resposta muito formal, mas eu formalizo as coisas na minha cabeça. Eu discuto tudo, mas, depois, eu quero saber princípio, meio e fim. Então o nosso plano vai procurar fazer isso, está certo?

Quanto à influência no Governo, isso aí os outros vão julgar se eu vou ter ou não influência. Eu vou fazer o meu trabalho e as pessoas vão avaliar se o trabalho está bom ou ruim. Vocês é que vão avaliar.

Deputado Ariosto Holanda, o senhor é também uma pessoa muito conhecida. Talvez a gente ainda não tenha conversado, mas eu sempre fui uma pessoa muito preocupada com as desigualdades sociais e também com as desigualdades regionais. Elas se combinam. Eu sempre fui um militante da questão nordestina. Sou um certo discípulo também de Celso Furtado, embora nunca tenha sido aluno dele.

Agora, a minha grande preocupação é que a gente tem que tratar as regiões como parte do País. Eu acho que isolar as regiões não é um bom caminho. Eu ajudei a construir, no início do Governo Lula, quando o Ciro Gomes era Ministro, a ideia de uma política nacional de desenvolvimento regional, para não pensar as regiões de forma isolada. Como integrar o País? Eu não tenho tempo aqui, mas, para mim, integrar o País tem quatro dimensões. Nós temos que pensar como integrar territorialmente, como integrar economicamente, como integrar socialmente e como integrar politicamente.

É óbvio que essas coisas são genéricas, mas elas devem ser norteadoras de um projeto de desenvolvimento. De maneira que eu estou totalmente interessado em discutir o Nordeste, mas eu quero discutir o Nordeste como parte do País e não como algo separado; a mesma coisa da Amazônia, etc. A questão de desenvolvimento realmente não pode ser só PIB, tem que combinar PIB com o social, e aí tem que ter o IDH do outro lado, ou outro qualquer.



O conhecimento está concentrado, ele é historicamente concentrado. Nós temos que ver como fazer isso. Eu estou discutindo com o Ministério da Educação, inclusive, a política de capacitação de recursos humanos nas regiões.

Nós discutimos antes da reunião — e acho que é um problema central que o País tem que enfrentar — sobre a questão da educação básica. Não está no meu Ministério, mas eu tenho discutido isso muito com o Ministro da Educação, com o José Henrique Paim, com quem eu tinha uma relação quando eu era reitor. E conversei um dia desses com a Presidenta Dilma que nós temos que equacionar de forma definitiva o problema da educação básica no País. Não se constrói a casa a partir do segundo andar. Educação básica não é só para capacitar a pessoa para o trabalho, mas também para capacitar politicamente, como cidadão. Isto é importante: a pessoa sentir o direito de ir e vir.

Eu costumava dizer, quando morava em Belo Horizonte, que, com certeza, essas meninas que trabalhavam na Rua Curitiba tinham vergonha de entrar no Palácio das Artes, porque achavam que cultura é um negócio para elite e o povo não pode ter acesso. Elas tinham vergonha e medo de chegar lá por acharem que o guarda iria expulsá-las. Se a pessoa tiver consciência política, mesmo sem dinheiro no bolso, ela sabe que tem os seus direitos. Portanto, estamos inteiramente de acordo com a educação.

Dessas pessoas que o senhor citou, várias delas são meus amigos: o Linaldo era meu amigo pessoal, infelizmente nós o perdemos; e José Israel Vargas continua meu amigo, é meu conterrâneo.

A questão da extensão é central. As universidades já estão fazendo extensão. O ensino à distância hoje é uma realidade; as novas tecnologias permitem isso também. Portanto, acho que a extensão é necessária. As universidades têm que ter interface com a sociedade, as universidades têm que se abrir. Acho que estamos no caminho, mas nós temos que ver isso.

Quanto à questão da seca, estou inteiramente de acordo com o senhor. A educação vai ajudá-los a saber como conviver com a seca. Obviamente, é preciso ter ciência, é preciso ter tecnologia, etc. Nós vamos discutir o Plano de Ciência e Tecnologia do Nordeste, mas eu gostaria de discuti-lo como parte do... As plataformas têm que ter o seu rebatimento regional. Nós não podemos construir um



conjunto de plataforma aqui e depois outra política separada para o Nordeste, para o Amazonas. Nós temos que combinar isso. É difícil, mas nós temos que buscar isso.

O Deputado Jorge Bittar também é um Deputado muito conhecido. Nós estamos de acordo em algumas coisas. A questão educacional é básica, está permeando todas as intervenções.

O tema regional talvez não tenha ficado muito explícito. Eu agora estou tentando articular os Ministérios estruturantes e os Ministérios temáticos com o sistema empresarial, mas tudo isso tem que ter um rebatimento no País. Portanto, a questão regional está mais ou menos presente em toda a minha preocupação.

Quanto à desindustrialização, nós podemos discutir isso depois.

A política de desenvolvimento no Brasil ainda é tímida, mas é decisiva, sim, e a indústria é o núcleo central da inovação tecnológica, até para o serviço. Boa parte do serviço depende da inovação da indústria. A agricultura também depende da inovação da indústria. A indústria não é só a indústria hoje em dia, mas o núcleo estruturante dos processos de inovação.

Essa coisa da Lei da Informática e de Manaus precisa ser avaliada. A Lei da Informática, o resultado que ela teve, que não teve, o custo de incentivo que ela tem, etc., isso vai vir para os senhores, a expansão da Zona Franca de Manaus, a Lei da Informática. Acho que essas coisas têm implicações políticas e sociais, mas nós temos que analisá-las.

Com a questão da energia estou inteiramente de acordo. Nós temos que enfrentar vendo qual é a matriz energética que nós podemos construir e quais as novas fontes de energia que podem ser potencializadas: eólica, solar, etc.

O senhor tem toda a razão, as grandes empresas estatais foram as que deram o salto da inovação tecnológica no Brasil: a EMBRAER, que era uma estatal, a EMBRAPA, que é um órgão do Governo, e a PETROBRAS, que também é um órgão do Governo. Agora, o que nós estamos tentando fazer é mobilizar o setor empresarial.

Na semana passada, eu estive na Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras — ANPEI para dizer que quem inova é a empresa. Inclusive disse: *“Nós temos que condicionar a empresa estrangeira a internalizar pesquisa.”* Um empresário falou: *“Quer dizer que o senhor está*



desconsiderando a empresa nacional?" Eu falei: *"Não, senhor, a empresa nacional é imperativo: ou o senhor moderniza, ou morre."* Vocês estão entendendo? A estrangeira pode inovar lá fora e trazer aqui para dentro; a nacional, ou inova aqui, ou não tem futuro. É um imperativo, não há solução: ou ela vai inovar, ou ela não terá capacidade de competir no futuro.

E nós temos que ganhar a produtividade para ter a competitividade, e esta não pode ser espúria. A chamada competitividade espúria é fazer escravo de novo, porque aí se tem renda. Tem que ser produtividade com inclusão social. Portanto, o caminho é educação, ciência e tecnologia, não é reduzir custos de forma espúria.

Deputado Rodrigo Garcia, V.Exa. foi Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, conhece bem o assunto. São Paulo é a economia mais poderosa do País. O *marketing* institucional, eu acho, é decisivo. São Paulo conseguiu combinar as universidades estaduais — eu sou um pouco campineiro, porque eu fiz mestrado e doutorado na UNICAMP, então um pedaço da minha vida eu passei lá, onde tenho boas relações de amizade. São Paulo perdeu participação na produção industrial, sim. Era 58% em 1970, não era 50%, não, segundo o Censo de 1970. E a Região Metropolitana de São Paulo chegou a ter, em 1970, 44% da produção industrial do País, ou seja, quase a metade da produção industrial do País. Perdeu posição relativa? Também, se não perdesse, o País não teria futuro, porque ia ficar só São Paulo e o resto.

Nada disso é contra São Paulo. As empresas de São Paulo também descentralizam. Temos que ter um projeto de solidariedade nacional, de integração. Descentralizou, mas eu sou da tese de que São Paulo não está desindustrializando. Perdeu, houve descentralização, mas houve uma reestruturação produtiva. Outras atividades entraram no lugar. São Paulo é um grande *center service*, é a metrópole nacional. Depois, nós teremos tempo para discutir São Paulo, que tem um grande peso na produção científica nacional e vai continuar tendo. Não se trata de desmanchar São Paulo, trata-se de fazer os outros crescerem. Não é ser contra São Paulo, é ser a favor dos outros também.

O SR. DEPUTADO RODRIGO GARCIA - V.Exa. me concede um aparte? Eu fiz uma comparação: São Paulo perdeu produção industrial, e isso foi bom para o País. Nós, paulistas e brasileiros, estamos felizes. Mas essa proporção de perda não



se deu em pesquisa e desenvolvimento. Por quê? Porque São Paulo vinculou orçamentos públicos para a área, o que foi suficiente para que não perdesse até aqui — e não será daqui para a frente. Daí o marco institucional ser fundamental para São Paulo e para o País. Foi apenas esse paralelo que eu fiz em relação a P&D.

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Estou de acordo.

Em relação à iniciativa privada, ela é decisiva. Eu estive outro dia na ANPEI, onde falei estas coisas: *“Olha, não espere que o Governo vá inovar a sua empresa. Você ou inova a sua empresa, ou não tem jeito.”* O Governo pode ajudar, pode ter um dinheirinho para dar um incentivo. Os órgãos de fomento — FINEP e BNDES — vão ajudar, vão financiar, podem ajudar a capacitar recursos humanos, mas isto aqui é capitalismo, é empresa privada. A empresa ou inova, ou não tem futuro. Você não pode esperar que o Governo vá lá dentro da empresa e fale: *“Agora, dê licença! Você está administrando mal, eu vou administrar. Depois eu lhe devolvo a empresa, quando ela estiver boa.”* Não vai ser assim, e não pode ser assim. As empresas têm que assumir as suas responsabilidades.

Eu acho que está mudando, as empresas brasileiras estão conscientes hoje. Quando você fala com uma parte do empresariado brasileiro, verifica que eles estão conscientes de que têm isso como base na mão. E, mais ainda, isso tem ser feito de forma cooperativa. Ontem, o Presidente da CNI me telefonou, porque eu tinha estado lá na ANPEI, onde fiz uma apresentação semelhante a esta, e um empresário falou: *“Mas o senhor está querendo privilegiar o capital estrangeiro?”* Eu falei: *“Não, eu estou falando que eles precisam trazer pesquisa para o Brasil. Agora, o senhor tem que fazer, senão o senhor não tem futuro. É imperativo para o senhor, não é condicionante, não é facultativo, não!”*

Eu acho que os instrumentos têm ser articulados. Quando nós estamos tentando fazer as plataformas com os Ministérios temáticos, é uma forma de nós combinarmos recursos. A Saúde tem o maior sistema de compra centrado, o SUS. E agora a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSEH, que está concentrando 46 hospitais universitários no Brasil, vai ter um sistema de compra unificado. Isto tudo é poder de compra unificado que os outros Ministérios talvez possam ter. Talvez seja uma forma de combinar recursos. Não adianta eu chegar ao



Governo Federal e dizer: “Agora, dá licença, porque eu preciso de 200 bilhões de dólares! O resto se vira.” Não vai ser assim. Nós precisaremos ter também solidariedade com as outras áreas. Não vamos falar: “Agora, você larga a educação básica de lado, você larga a saúde de lado, porque tem que dar o dinheiro todo para ciência e tecnologia.” Nós vamos ter que buscar um entendimento. Por isso, nós estamos trazendo os Ministérios temáticos, para ver se a gente combina interesses e objetivos comuns. Tem que ter preço competitivo, etc.

O senhor falou que São Paulo tem oito setores. Eu também acho que, quando tudo é prioritário, nada é. Ou seja, para ter prioridade, você tem que selecionar realmente.

Sobre pensar o operacional, digo que sou acadêmico, mas também sou operacional. Acho que as coisas precisam ter princípio, meio e fim. Eu quero saber o resultado, eu quero saber quem vai operar, como é que vai fazer, senão não tem jeito.

O Deputado Fernando Ferro falou da China, do Ciência sem Fronteiras. Eu acho que o Brasil está mais ou menos no mesmo caminho. Nós já mandamos 62 mil. A orientação é completar os 101 mil. Amanhã, eu terei uma reunião com o Ministro da Educação. O CNPq, do meu Ministério, é um dos órgãos executores, assim como a CAPES, do Ministério da Educação. Ao retornarem, esses estudantes trazem a experiência deles, e as universidades também têm que se adaptar, inclusive para aproveitar os créditos que eles fazem no exterior. E aí vai depender de cada universidade, de cada curso. Cada curso tem o seu colegiado, e é este que vai ter que adaptar o aluno. Não vai haver regra geral, e não pode haver. Cada colegiado vai ter sensibilidade para isso.

Toda a discussão de Estado *versus* mercado é isto: ou nós combinamos, ou não tem futuro. Agora, quem produz e quem faz a inovação é a empresa privada.

V.Exa. mencionou a queda de formação de engenheiros na Universidade Federal de Pernambuco. Eu não conheço especificamente a situação do curso de engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, mas o número de engenheiros formados no Brasil está crescendo significativamente. A minha universidade recebe hoje 1.010 alunos de engenharia por ano. Nós hoje temos 7 mil alunos em cursos de



engenharia, de graduação e de pós-graduação. Nós temos 10 pós-graduações com mestrado e doutorado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Ministro, o senhor me permite uma pequeníssima observação? O senhor tem razão. Os jovens voltaram a se interessar pelas escolas de engenharia, mas as décadas de 80 e de 90 foram décadas perdidas. A turma preferiu ser advogado ou administrador, porque não havia demanda por profissionais dessa área. Agora, nós voltamos a ter. E temos que incentivar cada vez mais.

O SR. MINISTRO CLELIO CAMPOLINA DINIZ - Na época da crise, não havia demanda para engenheiro. Agora, mudou a situação de mercado, e o pessoal está correndo atrás. Pode-se ver a competição para entrar nos cursos de engenharia hoje, no ENEM, no SISU, etc. Está crescendo a área. Estão sendo formados muitos engenheiros, muita gente da área tecnológica.

Deputado Izalci, eu preciso da colaboração de V.Exa. e da Frente Parlamentar. E, se o senhor estiver disposto, eu vou correr atrás: vou imediatamente procurar o Presidente da Câmara para pedir que se acelerem as votações. E vou falar com a Casa Civil — tenho uma reunião marcada com o Mercadante e com o Berzoini —, para ver se é possível acelerar. Se V.Exa. estiver disposto a fazer uma medida provisória do RDC, para mim seria, digamos, sopa no mel — usando uma expressão que temos lá no interior de Minas. Seria o melhor dos mundos, porque nós precisamos realmente disso.

Essas questões estão além das disputas políticas, ideológicas e partidárias. São questões de interesse nacional. Esta é a minha missão, é isto que eu estou fazendo. Só estou ficando velho, mas, quanto mais velho eu fico, mais entusiasmado, senão a vida fica ruim!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Ministro, eu queria inicialmente agradecer a V.Exa. o comparecimento a esta nossa Comissão — e a forma e o direcionamento de políticas públicas voltadas a áreas específicas de ciência e tecnologia no Brasil. E mantenho o convite a V.Exa., a fim de que realizemos uma reflexão, junto à Comissão, a respeito da industrialização do País.



Meus agradecimentos aos Srs. Parlamentares, ao corpo de assessores, aos profissionais de imprensa, ao público em geral e, mais uma vez, de forma muito especial, a V.Exa., Ministro de Estado Clelio Campolina, que muito nos honrou com a presença nesta Comissão.

Declaro encerrada a presente reunião.